

Primeira Região

em revista

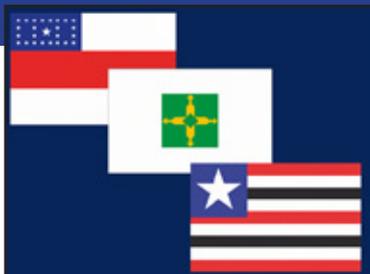
ISSN 2238-3476

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano IV - n.º 43 - março 2014



Nós somos o Tribunal

Programação dedicada a todos que construíram a história do TRF1 marca comemorações pelo Jubileu de Prata do Tribunal



INSTALAÇÃO

Instaladas turmas recursais permanentes nas SJs do AM, DF e MA



ESPECIAL

Decisão garante vagas para idosos em transporte coletivo interestadual



Comprar produtos falsificados



Falsificar carteirinha de estudante



Tentar subornar o guarda para evitar multas



Roubar TV a cabo



Apresentar atestado médico falso

A MUDANÇA POR UM BRASIL MAIS ÉTICO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.

Maus hábitos cotidianos muitas vezes são, na verdade, práticas antiéticas e até ilegais, que devem sim ser combatidas.

Diga não às 'corrupções' do dia a dia e faça sua parte na luta **#contracorrupção**.

www.cgu.gov.br/diganao



Furar fila



Bater ponto pelo colega de trabalho



Colar na prova

----- Faça sua parte **#contracorrupção** -----

Controladoria-Geral da União

Ao leitor

No ano do Jubileu de Prata das cinco cortes regionais federais, o dia 30 de março marca os 25 anos de suas instalações em cinco grandes capitais brasileiras: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, que sediam a segunda instância da Justiça Federal, criada pela Constituição Federal de 1988 – a constituição cidadã.

No TRF da 1.ª Região, onde os desafios, iniciais e seguintes, foram proporcionais ao tamanho da jurisdição continental a ele conferida, com 13 estados e o Distrito Federal, a data foi comemorada em grande estilo com sessão solene, homenagens a pioneiros, lançamento de livro de memórias, exposição e vasta programação esportiva e cultural.

Olhando para trás, os obstáculos, que pareciam intransponíveis, não fizeram esmorecer a boa vontade de magistrados, servidores e colaboradores da Primeira Região, que simplesmente arregaçaram as mangas e foram à luta para construir a história desta Corte e distribuir justiça a milhões de jurisdicionados ao longo deste período.

Nesta edição, a Primeira Região em Revista conta, em reportagem especial, um pouco dessa trajetória, marcada pela abnegação, coragem, determinação, desprendimento, criatividade e vontade de servir ao público que sempre permearam a história do Tribunal. As comemorações, que ostentaram o lema “Nós Somos o Tribunal”, trazem um resgate histórico dos caminhos percorridos, das dificuldades e conquistas, tudo em busca de agilidade e efetividade na prestação jurisdicional ao cidadão: um momento de nostalgia para os pioneiros e de reflexão para os novos magistrados e servidores.

Entrevista com o primeiro presidente do TRF1, desembargador federal Vieira da Silva, que viu nascer um tribunal com pouca ou nenhuma estrutura, mas cheio de pessoas com vontade de vê-lo crescer e se projetar como uma instituição respeitada e justa, complementa e enriquece o resgate dessa história. Nessa mesma linha, o primeiro servidor empossado por meio do Ato n. 1/1989, Miqueias Cutrim, hoje aposentado, expõe seu ponto de vista sobre o contexto histórico da criação do Tribunal.

O leitor também vai acompanhar as investidas do TRF, neste mês, na ampliação do acesso à Justiça da Primeira Região e na prestação de serviços mais célere e efetiva à população com a instalação da Turma Recursal Permanente em Manaus – que irá agilizar o andamento dos recursos dos JEFs do Amazonas e de Roraima – e em São Luís e Varginha, que, além de ganharem suas turmas recursais permanentes, foram contemplados com novas varas federais.

Esta edição traz, ainda, o resumo das comemorações do Dia Internacional da Mulher e propõe, por ocasião do Dia Mundial da Água, uma reflexão sobre a necessidade de preservar nosso maior recurso natural.

Uma boa leitura a todos.

Ivani Morais

Assessora de Comunicação Social

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

MÁRIO CÉSAR RIBEIRO - Presidente
DANIEL PAES RIBEIRO - Vice-presidente

DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN
OLINDO MENEZES
TOLENTINO AMARAL
CÂNDIDO RIBEIRO
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
I'TALO MENDES
JOSÉ AMILCAR MACHADO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
MÁRIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES
NOVÉLY VILANOVA
NEY BELLO
CÂNDIDO MORAES

Diretor-geral da Secretaria:

Roberto Elias Cavalcante

Secretário-geral da Presidência:

Paulo Cardoso de Oliveira

Conselho Editorial:

Secretário-geral – Paulo Cardoso de Oliveira
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal – Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Imprensa – Martha Hormann
Assistente Técnico VI – Mara Bessa

Editora-chefe

Ivani Morais

Editora-executiva

Marcela Correia

Redatores

Carla Lisboa (Reg. Prof. DF 1635), Claudia Bernal (Reg. Prof. DF 8222198), Euvaldo Pinho, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686) e Vera Carpes

Estagiários

Adriano Lima, Aline Oliveira, Júlio César Lemes e Rhayne Ravanne

Colaboração

Gildete Silva e supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão

Mara Bessa e Lúcia de Souza

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Mauro Putini, Proforme, Ramon Pereira, Rhayne Ravanne e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP

Studio produções gráficas

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br



RAYNE RAVANNE

12 Capa

Tribunal completa 25 anos de existência com extensa programação comemorativa

Acesse www.trf1.jus.br

Serviços

- Endereços e Telefones
- Peticionamento Eletrônico
- Citação e Intimação
- Despesas Processuais
- Certidão Online
- RPV e Precatórios
- Diário da Justiça
- Plantão Judicial
- Ouvidoria

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)- - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- - v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



MARCO PUTINI

46 | PAINEL

Subseção Judiciária de Varginha ganha nova sede e mais uma vara federal



EWALDO PINHO

62 | POR AÍ

Aloha! Mergulho no Havaí



INTERNET

66 | SAÚDE

Memória também precisa de descanso

6 | ENTREVISTA

Desembargador Vieira da Silva fala da experiência de ter sido o primeiro presidente do TRF e relembra os principais desafios superados por magistrados federais e servidores que deram vida ao Tribunal da Boa Vontade

32 | INSTITUCIONAL

Equipe do TRF trabalha metas para planejamento estratégico de 2015 a 2020

38 | DIA DA MULHER

Tribunal realiza programação especial em homenagem às mulheres

58 | PANORAMA PRIMEIRA REGIÃO

Um giro pelas decisões judiciais das seções e subseções judiciárias



No ano em que o TRF da 1.^a Região comemora seu Jubileu de Prata, Vieira da Silva, primeiro presidente da Corte, relata histórias e curiosidades de um tempo marcado pela dedicação extrema do enxuto corpo funcional do maior TRF do País

▼ POR JAIR CARDOSO E RICARDO CASSIANO

No longo currículo de Alberto José Tavares Vieira da Silva, ou apenas Vieira da Silva, como prefere ser chamado, está um número quase incontável de condecorações, que revelam um perfil diferenciado. Seja pela postura firme, seja pelo trato e a boa relação cultivada com seus pares e colaboradores, o magistrado maranhense de São Luís colecionou importantes conquistas na fase inicial do TRF da 1.^a Região, instalado em março de 1989.

Nas próximas páginas, Vieira da Silva conta um pouco de sua experiência pessoal, explica porque recusou, por 18 vezes, o convite para integrar o quadro de desembargadores federais do TRF e como superou o desafio de implantar um novo tribunal – em substituição ao extinto Tribunal Federal de Recursos – e as seccionais ao TRF1 vinculadas. Numa época em que a maioria do corpo funcional era requisitada da Seção Judiciária do Distrito Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi a dedicação extrema dos servidores, que chegaram a trabalhar voluntariamente aos sábados e domingos, que garantiu o bom andamento dos trabalhos e o consequente julgamento de causas relevantes, como a que obrigou os motoristas brasileiros a usarem o cinto de segurança.

Não por acaso, o entusiasmo de todos os envolvidos é a principal marca daquele tempo, na opinião do ex-presidente, e resultou na expressão “Tribunal da Boa Vontade” por ele batizada. Vieira da Silva define como “ímpar e irrepetível” a sensação de ser o primeiro presidente do Tribunal e credita o sucesso de sua gestão às experiências obtidas como juiz federal, advogado, membro do Ministério Público e secretário de Governo do Maranhão. A função de vanguarda exigiu “empenho, paciência e equilíbrio” do ex-presidente, que encerrou a trajetória no Tribunal em decorrência de sua aposentadoria, em setembro de 1992, mas deixou um legado para sempre vivo na memória da instituição.

Antes de assumir a Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) o senhor rejeitou 18 nomeações. O que o motivou a aceitar tamanho desafio?

Só quem vive em São Luís e convive com a nossa gente pode entender o porquê da minha recusa a tantas oportunidades de deixá-la. O motivo do meu aceite de vir para Brasília, pelo lapso de dois anos, foi o dever da gratidão. Santo Ambrósio de Milão dizia que o primeiro dever do homem é a gratidão. A ingratidão revela uma grave fratura do caráter. Sempre recebi demonstrações de especial apreço e apoio dos integrantes do extinto Tribunal Federal de Recursos, ao longo da minha carreira, particularmente dos dois últimos presidentes: ministros Lauro Leitão e Evandro Gueiros Leite. *Ab initio*, rejeitei a ideia de compor e presidir a instalação do TRF1. A convocação do presidente Gueiros Leite endossada pelos seus pares assumiu um tom de ordem irrevogável. Não me julguei capaz de ser ingrato e aceitei o desafio.

Como foi a experiência de ser o primeiro presidente do TRF1?

A experiência exclusiva de ser o primeiro presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região é ímpar e ir-repetível. Digo, ainda: ela representou, também, a cabal demonstração de confiança dos meus companheiros que me cumularam com o título magnânimo de Eterno Presi-

dente. Para repor as coisas nos devidos lugares confesso: em verdade, sou, apenas, o Eterno Devedor de todos eles.

Coordenar a implantação do TRF1 não deve ter sido tarefa fácil. Que histórias o senhor destacaria daquele período?

Senti-me muito honrado e comprometido com a missão de implantar o TRF1. Experimentei as dificuldades previsíveis e imprevisíveis, mas consegui vencê-las. Além da implantação do Tribunal, tive que prover as Seções Judiciárias de sedes adequadas. Consegui, junto aos governadores dos estados e territórios federais, doações de terrenos, e completamos a edificação de vários prédios, entre os quais o de Goiás – o primeiro –, atendendo a pleito do então juiz federal João Batista Gomes Moreira que geriu a construção. Citaria as sedes de Uberaba que, em razão de cativante homenagem dos colegas de Minas Gerais, tomou o nome do meu falecido pai, Deusdedit Cortez Vieira da Silva, que se formou em Agronomia na capital daquele estado. Acrescentaria a do estado de Tocantins, primeiro prédio público federal edificado em Palmas. Acreditei no sonho do governador Siqueira Campos, defensor intransigente da Justiça Federal brasileira. As demais sedes construídas – Amapá, Acre – ou prédios desapropriados – Belo Horizonte, por exemplo – e outras coisas dessa natureza poderão ser explicadas melhor em outro espaço e oportunidade. Mas não conto para não desrespeitar o limite espacial das linhas reservadas para as respostas desta entrevista.

“ Senti-me muito honrado e comprometido com a missão de implantar o TRF1.

Experimentei as dificuldades previsíveis e imprevisíveis, mas consegui vencê-las ”



Um dos principais obstáculos enfrentados pelo senhor foi a questão da moradia para os juízes, o que tornaria ainda mais dificultoso o processo de implantação do TRF1. Como essa questão foi superada?

A questão da moradia dos juízes mereceria um capítulo especial. Resumo: marchas e contramarchas, reiterados embates no campo da administração pública federal, no que pertine à entrega inicial de imóveis funcionais para os juízes do TRF1 que estavam residindo em hotéis, por conta própria, longe de suas famílias. A inclusão dos juízes do TRF1 e das Seções Judiciárias no rol dos compradores dos imóveis constituiu uma passagem deveras dramática no fluir da minha presidência. Os óbices antepostos foram ultrapassados com muita luta. Inclusive, contei com a ajuda decisiva dos senadores Alexandre Alves Costa (Maranhão) e Maurício Corrêa (Distrito Federal). Afinal, todos os magistrados federais residentes nos imóveis postos à venda tiveram a oportunidade de comprá-los.

Como foi feita a composição do quadro funcional durante a implantação do TRF1?

Antes da instalação do TRF1 eu já estava em Brasília convocado para cuidar do assunto. Adotei várias

providências que só poderiam ser oficializadas depois da solenidade programada para tal fim. Tomei conhecimento que o Tribunal Federal de Recursos havia habilitado, por intermédio de concurso público, auxiliares e atendentes judiciários. Verifiquei no Regimento Interno do TFR qual a sua estrutura e os cargos mais importantes. Estabeleci contatos com funcionários desse órgão bem como de outros que poderiam ser postos à disposição e apalavrei condicional convocação. Quando eleito presidente, no mesmo dia, 31 de março de 1989, efetivei a nomeação, por conduto do Ato n.º 01, de 103 auxiliares judiciários e 57 atendentes judiciários que compunham aquela lista. Procurei congregar um contingente funcional baseado no critério da competência e da plena dedicação ao serviço. A composição inicial era formada, principalmente, por funcionários do Superior Tribunal de Justiça postos à disposição e funcionários requisitados da Seção Judiciária do Distrito Federal. O nosso TRF1 passou a funcionar, na sua plenitude, após dois meses e vinte e dois dias de instalado. Isso se deve ao empenho, principalmente, da excepcional equipe de funcionários da nossa instituição.

“

O que mais marcou minha passagem pelo TFR-1, sem dúvida, reside no entusiasmo e dedicação dos nossos funcionários pioneiros que, voluntariamente, trabalhavam além das horas do expediente regulamentar, inclusive nas manhãs dos sábados e domingos, efetuando tarefas que não eram suas, a exemplo de arrumar móveis e carregar pilhas de processos que chegavam dos tribunais superiores

”



PROFORME

E a convivência entre membros e servidores, como era?

A convivência entre os membros do Tribunal e os servidores era muito amistosa. Sempre fiz questão de que os funcionários participassem, juntamente com os juízes, de todas as festividades e comemorações. As fotografias desse tempo comprovam isso.

Com relação à atividade judicante, que julgados o senhor considera como de grande repercussão para a sociedade ao longo destes 25 anos?

Durante minha passagem ocorreram julgamentos de grande repercussão para nossa sociedade. Da minha relatoria, em razão do espaço gráfico que delimita esta entrevista, citarei: a) a decisão que considerou obrigatório o uso do cinto de segurança nos veículos automotores, considerando, principalmente, que a Constituição Federal assegura o direito à vida e não o direito sobre a vida; b) a liberação do uso do composto metanol, etanol e gasolina nos veículos automotores, desde que cumpridas as recomendações científicas. As discussões em torno desse assunto geraram verdadeira comoção nacional entre as correntes favoráveis e as contrárias.

Como eram as sessões de julgamento no recém-criado Tribunal?

O presidente participava somente das sessões plenárias do Tribunal e das administrativas. Algumas sessões eram acaloradas, mas nunca sucederam desbordamentos da ética e da boa educação.

O que mais marcou sua passagem pelo TRF1?

O que mais marcou minha passagem pelo TRF-1, sem dúvida, reside no entusiasmo e dedicação dos nossos funcionários pioneiros que, voluntariamente, trabalhavam além das horas do expediente regulamentar, inclusive nas manhãs dos sábados e domingos, efetuando tarefas que não eram suas, a exemplo de arrumar

móveis e carregar pilhas de processos que chegavam dos tribunais superiores. Além disso, sempre recebi um tratamento muito afetuoso desses valorosos funcionários. Agradei a todos e na minha fala denominei o nosso Tribunal de Tribunal da Boa Vontade. A denominação passou a ser utilizada.

O senhor, como presidente do TRF1, precisou conciliar a atividade judicante com a de gestor. Como foi essa experiência?

Desempenhei a atividade judicante desde a implantação da segunda fase da Justiça Federal. Pertenci ao Ministério Público, militei, de início, na advocacia e adquiri experiência cartorária. Antes de ser juiz federal substituto, tive a oportunidade de exercer o elevado cargo de secretário de governo do Maranhão onde travei contato com os misteres da administração pública. Estava, então, habilitado para cumprir a missão que exigiu muito empenho, paciência e equilíbrio. Nada seria possível, entretanto, se não dispusesse de uma equipe funcional capacitada e vontade, além do apoio dos companheiros.

Que legado o senhor considera que o TRF da Primeira Região deixou para a sociedade neste período de 25 anos?

Recentemente foi publicado um livro que registra a memória dos 25 anos de vida do TRF1, em que foi grafada a sua exemplar trajetória. Além dos registros desse trabalho, o seu maior legado é a excelência concreta do que foi feito e o reconhecimento público.

E o que o senhor prospectaria para o futuro do maior Tribunal Regional Federal brasileiro?

Considerando o passado e o presente de uma instituição, podemos arriscar a visão prospectiva que permite assegurar a continuidade do êxito até agora alcançado. ■

Tribunal celebra 25 anos de história!

CRIADO EM 1988, TRF DA 1.ª REGIÃO
COMEMORA A LONGA TRAJETÓRIA COM
JUBILEU DE PRATA

THAINÁ SALVIATO

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região foi criado pela Constituição Federal em 1988, com jurisdição sobre 13 estados e o Distrito Federal. No dia 30 de março de 1989 tomaram posse 18 juízes que passaram a representar a segunda instância da Justiça Federal em mais de 80% do território nacional. Para atender a essa dimensão continental e à crescente demanda dos jurisdicionados, no ano 2000 houve a ampliação da composição da Corte, passando de 18 para 27 o número de juízes que, a partir da publicação da Emenda Regimental 1/2002, passaram a ser chamados de desembargadores federais.

Já no dia 31 de março de 1989, o primeiro presidente do Tribunal, desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva, nomeou, em virtude de concurso realizado pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, um oficial de justiça-avaliador, 103 auxiliares judiciários (atuais técnicos judiciários) e 57 atendentes judiciários (atuais auxiliares judiciários). No ano de 1990 tomou posse a primeira turma de técnicos judiciários, atualmente denominados analistas judiciários. Eram os servidores pioneiros entrando em ação para iniciar a construção dos 25 anos de história do TRF1!

**“Foi preciso
começar do zero.
Comprar todo mobiliário,
montar as turmas,
criar área de recursos
humanos”**

Antônio Humberto de Brito
(servidor pioneiro)





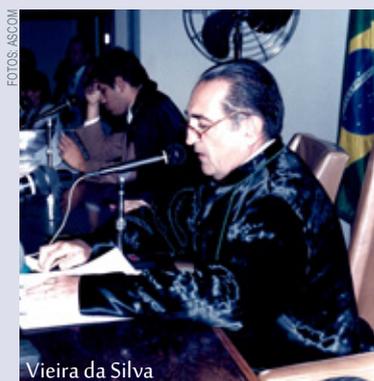
Teve início então a primeira gestão presidencial do TRF1 sob o comando de Vieira da Silva, ao longo do biênio 1989-1991. Anselmo Santiago ocupava, simultaneamente, os cargos de vice-presidente e de corregedor. No primeiro biênio de atuação do Tribunal foi elaborado o Regimento Interno e constituída a primeira Comissão de Jurisprudência para sistematizar, atualizar e publicar as súmulas da Corte. Outra iniciativa dessa gestão foi a inauguração da gráfica do Tribunal, além da criação, em 1989, do Programa de Assistência dos Magistrados e Servidores do TRF da 1.ª Região (Pro-Social). Nesse período, em 1990, também surgiu a ideia de formar um coral para cantar os hinos durante a missa de Natal. A proposta chegou ao presidente que, prontamente, determinou a criação do Coral do TRF da 1.ª Região, e então no dia 7 de dezembro do mesmo ano o grupo realizou sua primeira apresentação, na missa “Celebração de Natal”. No ano seguinte, os próprios integrantes batizaram o coral de *Habeas Cantus*. Hoje, após 24 anos, o coral cresceu, desenvolveu-se e atua também fora do Tribunal. Já realizou apresentações em outros estados e até em outros países como Argentina, México e Espanha. O grupo também desenvolve um trabalho social, alegrando hospitais, creches e asilos.

No biênio seguinte, período de 1991-1993, o Tribunal foi gerido pelo desembargador José Anselmo de Figueiredo

Santiago como presidente e Euclides Aguiar como vice-presidente e corregedor. Nesse período foi realizado o I Concurso Público para juiz federal substituto, quando foram aprovados 18 candidatos. O biênio também foi marcado pela organização dos serviços de primeira instância, com a instituição de 66 varas federais por toda a Primeira Região. Após três anos da instalação, foi realizada também uma reestruturação das unidades administrativas.

O Tribunal foi se desenvolvendo e demandando, a cada dia, novas mudanças e melhorias. No período de 1993-1994, durante a gestão de Hermenito Dourado, foi criado o Núcleo de Estudos de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados. No mesmo período também foi implantada a nova estrutura administrativa do Tribunal, e o Boletim de Serviço passou a ser publicado diariamente. Foi ainda nessa época que o TRF empossou como juíza federal Assusete Magalhães, que hoje desempenha o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A magistrada também esteve à frente da presidência do TRF no período de 2006 a 2008.

Com o avanço das atividades do Tribunal e o crescente aumento da demanda processual, foi preciso elaborar o Manual de Comunicações Administrativas. A iniciativa aconteceu durante a gestão de José Alves de Lima, no período 1994-1995, com a finalidade de promover a otimização dos meios de comunicação escrita do Tribunal e de suas



Vieira da Silva



Anselmo de Figueiredo Santiago



Hermenito Dourado



José Alves de Lima

seccionais. O biênio também foi marcado pela publicação da Resolução 11, que consolidou regulamentações da magistratura, e pela ampliação da assistência odontológica oferecida pelo Pro-Social, com a realização de ações preventivas e educativas de combate à cárie, o Pro-Dentinho.

Na gestão de Mauro Leite Soares (1995-1997) as mudanças continuaram! Entre junho e agosto de 1995 ocorreu a mudança de sede do Tribunal do ed. Áurea para as novas instalações, anteriormente ocupadas pelo STJ, onde funciona até hoje. Também foram realizadas diversas iniciativas para aprimorar a prestação jurisdicional, como a oficialização das centrais de mandados da 1.ª Região, a instalação dos terminais de autoatendimento e o atendimento por telefone, mediante sistema automatizado. Nesse período foi editado o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e ações dedicadas à qualidade de vida também foram desenvolvidas, como o Programa de Acompanhamento à Gestante e a I Feira de Saúde, além do I Concurso de Monografias.



INOVAÇÃO VIRTUAL – na gestão do presidente Nelson Gomes da Silva (1997-1998), o Tribunal entrou para o universo da internet. Nesse período foi inaugurada a página do Tribunal, que permitia a consulta de processos judiciais e de publicações da instituição. Também foi implantada a Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos e o Programa de Intercâmbio, destinado a estudantes de Direito. Em 1997 foram regulamentados os pedidos de interceptação telefônica na 1.ª Região e, no mesmo ano, foi lançado o programa Banco de Doadores de Sangue pelo Pro-Social.

O biênio seguinte (1998-2000), período em que a gestão do Tribunal foi comandada pelo desembargador federal Plauto Afonso da Silva Ribeiro, foi marcado pela indicação da primeira mulher para integrar a lista tríplice do Superior Tribunal de Justiça: a juíza federal Eliana Calmon, membro do TRF1. Mais mudanças foram implementadas para melhorar a prestação jurisdicional, como a ampliação do horário de atendimento ao público, que passou a ser das 8h às 19h, além da inauguração do Espaço Cultural do TRF. A época ainda foi marcada pela mobilização de juízes federais de todo o País no combate às críticas sofridas pelo Judiciário, com a realização da CPI para o Judiciário. Internamente, outras iniciativas marcaram o biênio, como as comemorações dos 10 anos do Tribunal, a especialização de varas federais e a modernização administrativa e tecnológica, com a implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos (Sispra), do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (Gedop), do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Formulários e Processos (Gefi) e a implantação da numeração por código de barras nos processos.

“Fui presidente nos anos de 1998 a 2000, e foram os anos das privatizações. Então, nesse período houve um movimento da mídia, importante pra saber quais seriam as decisões. O homem, ciente de sua notória transitoriedade, de sua rápida passagem pela terra, criou as instituições para que elas se tornassem duradouras, eternas”

Desembargador federal Plauto Ribeiro

FOCO NO SERVIDOR – no período de 2000-2002 o Tribunal foi presidido por Tourinho Neto, uma gestão marcada por ações voltadas à qualidade de vida dos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários. Nesse período foram inaugurados o berçário, o oratório e o restaurante do TRF da 1.ª Região. Também foi criada a Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região e realizada a ampliação do número de desembargadores de 18 para 27, além da instituição das Turmas Suplementares, criação dos Juizados Especiais Federais e lançamento do Manual de Procedimentos das Varas Federais. Foram, ainda, concretizadas diversas ações voltadas à transparência administrativa, entre elas a disponibilização de acórdãos no site do Tribunal na internet.

JUSTIÇA VAI MAIS LONGE – durante o biênio 2002-2004, período em que o TRF1 foi presidido por Catão Alves, foi lançado o JEF Itinerante, para levar a Justiça Federal aos mais longínquos pontos da Primeira Região. Ainda nesse período foram criadas 17 varas destinadas aos JEFs e realizada a virtualização dos procedimentos dos Juizados. A época também foi marcada pela obtenção de recursos para a construção da Escola da Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf), além da inauguração das novas instalações do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe).

“Nestes 25 anos desejo que os nossos servidores amem cada vez mais o nosso tribunal. Que os juízes também lutem pela melhoria do nosso tribunal, para que tenhamos sempre um tribunal grande e respeitado”

Desembargador federal Tourinho Neto

FOTOS: ASCOM



Tourinho Neto



Catão Alves

A gestão seguinte iniciou o processo de interiorização da Justiça Federal. Durante a presidência de Aloísio Palmeira (2004-2006), o Tribunal deu prioridade à instalação de novas varas no interior, aprovadas pela Lei n.º 10.772/2003. Houve também a expansão dos Juizados Virtuais e a inauguração das transmissões de julgamentos pela internet. A gestão administrativa do Tribunal também passou por mudanças, pois, em 2005, o Tribunal aderiu ao Modelo de Excelência em Gestão Pública (Gespública) e instituiu o novo leiaute para as páginas eletrônicas de internet e intranet do Tribunal e seccionais da Primeira Região. O biênio também foi marcado, ainda, pela criação do Projeto de Conciliação.

NOVA SEDE – em dezembro de 2006 foi assinado o contrato com o escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer para construção da nova sede do Tribunal. A iniciativa aconteceu durante a gestão da desembargadora Assusete Magalhães (2006-2008). Em 2007, o TRF completou 18 anos e, como parte do Programa de Metas, foram desenvolvidas diversas iniciativas para a virtualização dos processos judiciais. No mesmo ano foi implantando o Protocolo Postal de petições e recursos e criada a Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (Unicorp). O período também foi marcado pelo lançamento do sistema de envio eletrônico de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF) e do sistema de videoconferência da Primeira Região, o sistema Conferencial de Integração e Desenvolvimento

“A minha mensagem é de parabéns a esse Tribunal que fez parte da minha vida. Foi muito honrado em permanecer durante esses 30 anos sob seu abrigo na companhia de valorosos e queridos companheiros”

Desembargador federal Aloísio Palmeira

FOTOS: ASCOM



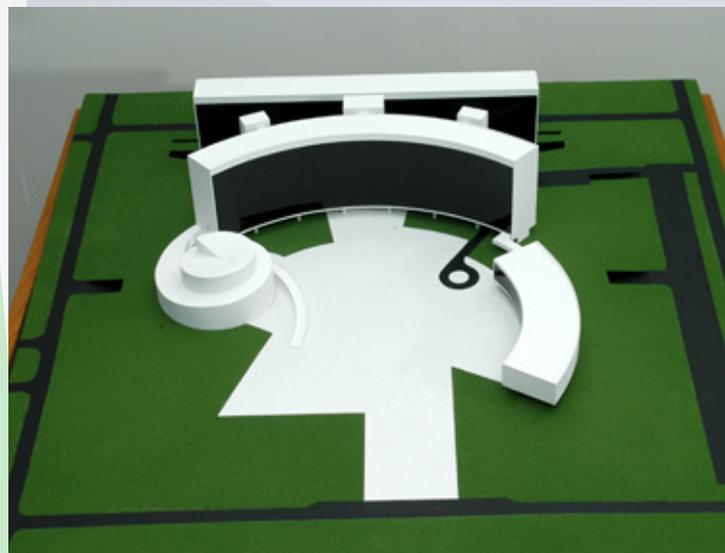
Aloísio Palmeira



Assusete Magalhães

“Uma iniciativa relevante é a Universidade Corporativa, para o treinamento e também o aperfeiçoamento de servidores e de magistrados. Quero aqui lembrar também o passo inicial para a construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Ao longo dos 18 anos que eu judiquei no Tribunal Regional Federal da 1.ª Região várias foram as decisões prolatadas. Mas eu me recorro de uma que dizia respeito à liberação da comercialização e do plantio em escala comercial da soja transgênica, numa ocasião em que no Brasil não se falava em produto transgênico.”

Ministra do STJ Assusete Magalhães



Maquete da nova sede do TRF1

Em 2008, Jirair Aram Meguerian assumiu a presidência, onde permaneceu até 2010. Nesse período foi realizado o primeiro descarte de autos judiciais findos e elaborado o Planejamento Estratégico e Metas de Nivelamento do Poder Judiciário, em que uma das metas foi implantar o processo eletrônico. Algumas ações foram realizadas para cumprir essa tarefa, como a apresentação do sistema e-Jur para as 14 seccionais da Primeira Região, o primeiro envio de recursos especiais ao STJ por meio eletrônico e, finalmente, a implantação do processo digital em toda a Primeira Região. Houve, ainda, o lançamento do sistema pioneiro de publicação de relatórios estatísticos da Justiça Federal, o “Transparência em Números”. O biênio também contou com um fato marcante para todo o País: a desocupação da reserva indígena Serra Raposa do Sol, por determinação do STF.

CONCILIAÇÃO – Durante o período de 2010 a 2012, quando a Presidência do TRF esteve sob a responsabilidade de Olindo Menezes, o Tribunal criou o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (Sistcon), com um Núcleo Central, 14 Núcleos Regionais (um em cada unidade federativa) e diversos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. O Tribunal também aderiu ao projeto “Mutirão Judiciário em Dia”. Em 2010 o Regimento Interno do Tribunal foi completamente revisado, contemplando o ajustamento à legislação processual vigente e aos atos normativos dos conselhos superiores, bem como a revisão das competências das seções, com a conseqüente redução de conflitos de competência. Também em 2010 foi iniciado o projeto do Sistema de Informações Gerenciais de Custos (Sigcustos), voltado à apuração dos custos de todas as ações desenvolvidas decorrentes da execução orçamentária e à geração de informações gerenciais, com vistas a apoiar o planejamento e a tomada de decisões.

Em 2011, em cumprimento à meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelecia a criação de uma unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica, instituiu-se no Tribunal o Escritório de Projetos Estratégicos Regionais (Eper). Sua missão é acompanhar as metas de cada ano; prover suporte para a gestão de portfólio e gerenciamento de projetos e buscar os objetivos de garantir a aderência estratégica aos projetos; implantar as melhores práticas em toda a 1.ª Região e difundir



Jirair Aram Meguerian

“Nós tivemos ações muito importantes, não só na minha presidência mas também na dos que me antecederam e nas que vieram depois de mim. Entre os mais importantes fatos, por exemplo, estaria a implantação do JEF Itinerante, com a possibilidade de o juiz ir até os jurisdicionados por meio dos barcos na Amazônia”

Desembargador federal
Jirair Aram Meguerian



Olindo Menezes

“Neste Jubileu de Prata festejamos nossas próprias famílias, pois a este Tribunal dedicamos nossos melhores anos e ideais. Nossas vozes estão gravadas nestes corredores”

Desembargador federal
Olindo Menezes

FOTOS: ASCOM

a forma de gestão pública por projetos. No biênio foi estabelecido o Programa de Modernização da Justiça Federal da 1.ª Região, instituído o Comitê Gestor de Tecnologia e realizado o Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, um marco para a reestruturação do Programa Vida Legal. Foi implantando, ainda, o Sistema de Gestão Administrativa Integrada (e-Admin) e instituída a Comissão Permanente de Segurança da 1.ª Região.

Ainda na gestão de Olindo Menezes foram instaladas seis varas federais ambientais e agrárias no norte do Brasil. As varas especializadas atendem aos jurisdicionados de Belém (PA), Marabá (PA), Santarém (PA), Manaus (AM), São Luís (MA) e Porto Velho (RO). A iniciativa cumpriu determinação do Conselho da Justiça Federal (CJF) que, pela Lei 126/2009, determinou que das 230 varas federais a serem instaladas no País, seis seriam especializada nessas matérias.

Em 2010, o Tribunal criou a Comissão Socioambiental, com o objetivo de conscientizar os servidores em relação à mudança de atitude para a preservação ambiental, por meio do uso correto dos materiais no ambiente de trabalho. Mais tarde, em 2011, o programa socioambiental mudou de nome. “Justiça Sustentável” foi a sugestão mais votadas pelos servidores, que participaram de votação eletrônica. O programa visa, efetivamente, reduzir o desperdício para evitar maiores devastações de áreas florestais.

25 ANOS DEPOIS – hoje, mais de duas décadas após a sua criação, o Tribunal tem uma bela história de desafios enfrentados com dedicação e perseverança por todos aqueles que ajudaram a construí-lo! Nos últimos dois anos a Corte foi dirigida pelo presidente Mário César Ribeiro, em mais um biênio marcado por inovação tecnológica e administrativa e por muito trabalho, sempre em busca de melhorar a prestação jurisdicional. Foi neste período que ocorreu a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a constituição do Comitê de Cooperação Judiciária e da figura do juiz de cooperação para facilitar o intercâmbio de informações entre os órgãos do Judiciário. Em 2012 aconteceu a implantação do novo portal da 1.ª Região na internet. Também neste ano foi assinada a resolução que estabeleceu a concentração, nas primeiras varas das seções e subseções judiciárias, da competência para o julgamento das ações que tratam dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças, relativas à Convenção da Haia. Em 2013 foi assinada a resolução

“O Tribunal cresceu e com o crescimento vieram os desafios decorrentes do recebimento de um elevado número de processos sem que houvesse a correspondente adequação dos recursos humanos e tecnológicos, de modo que se tornou necessário vencer os obstáculos para imprimir maior celeridade à prestação jurisdicional. E foram muitos! Daí porque, para superar tantos obstáculos, exigiu-se de nossos colaboradores criatividade!”

Presidente Mário César Ribeiro

que regulamentou a instalação das 13 primeiras Turmas Recursais Permanentes, incluindo quatro novas turmas, inauguradas ao longo do ano. Em novembro de 2013 foi encerrado o projeto “Mutirão Judiciário em Dia” no Tribunal, com o julgamento dos processos referentes à Meta 2, traçada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que o Tribunal finalizou mais de 55 mil processos.

Também foram desenvolvidas ações para melhorar o acesso à Justiça, como a criação e implantação do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal (AJG). No Tribunal, foram reforçadas as ações de combate à improbidade administrativa e realizadas ações dedicadas à qualidade de vida, como a apresentação dos resultados da pesquisa científica denominada Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, com a participação de 5.164 respondentes da 1.ª Região que culminou, entre outras iniciativas, na inauguração do Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral.



Unidade de treinamento e condicionamento físico

Para marcar o aniversário de 25 anos, o TRF da 1.ª Região realizou o Jubileu de Prata que resgatou fatos marcantes dessa trajetória em uma programação dedicada a todos os colaboradores personagens de sua história.

JUBILEU DE PRATA – NÓS SOMOS O TRIBUNAL!

Para comemorar esta importante data uma vasta programação foi preparada pela Comissão do Jubileu, criada em maio de 2013, para cuidar dos eventos comemorativos alusivos ao tema. Instituída pela Portaria Presi/Cenag n.º 75 e coordenada pelo secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira, o grupo foi composto pelos servidores Ana Guimarães Toledo (Diedi); Solange Maria de Oliveira Chagas de Souza (Cenag); Juliana Bezerra Espíndola Guerreiro (Asrep); Ivani Moraes (Ascom); Ana Cláudia Cordeiro Correia Lima (Diami); Cláudio Chagas Barreira (Diseg); Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira (Direh); Márcia Mazo Santos (Dibib); Márcio Albuquerque (Direh); Nilda Aparecida Alves (Dicad) e Maria Ângela Rocha Paes (Setsoc).

As comemorações pelos 25 anos do Tribunal se estenderam por vários dias e contaram com diversas ações, desde o início de 2014. Na primeira semana de janeiro, a Divisão de Produção Editorial e Gráfica (Diedi) iniciou a distribuição do calendário 2014 do TRF da 1.ª Região, que, neste ano, faz parte do material comemorativo do “Jubileu de Prata”. O calendário apresenta, ao longo dos meses, fotos dos principais eventos e retrata, resumidamente, ações que marcaram essa trajetória. A distribuição foi realizada no âmbito do TRF e das seções e subseções judiciárias da Primeira Região.

No dia 24 de fevereiro teve início a contagem regressiva para a abertura das festividades. Uma série de vídeos com mensagens e depoimentos sobre os fatos mais marcantes dessa história foi especialmente preparada pela Assessoria de Comunicação Social para esse momento. A cada dia um vídeo foi encaminhado aos e-mails e disponibilizado na hotpage dos 25 anos no Portal do Tribunal. O ícone do Jubileu foi disponibilizado na área de trabalho de todos os computadores do Tribunal, direcionando o usuário até a página especialmente criada para divulgar a programação, as notícias, os vídeos da linha do tempo e fotografias contando parte da história do Tribunal. Na “Linha do Tempo”, os vídeos e imagens destacaram os principais feitos em cada gestão, desde a criação do TRF-1 até 2012, quando o desembargador federal Mário César Ribeiro assumiu a Presidência da Corte, encerrando o biênio em abril de 2014.

O ponto alto da programação dos eventos do Jubileu

aconteceu no dia 28 de março. A primeira atividade do dia foi a inauguração das novas instalações do Salão Nobre do Tribunal, ocasião em que foi realizada a aposição de retratos de presidentes, vice-presidentes e desembargadores federais pelo desembargador federal Mário César Ribeiro. Na galeria de presidentes foram incluídos os retratos da atual ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Assusete Magalhães, presidente do TRF1 no biênio 2006/2008; Jirair Aram Meguerian, dirigente no biênio 2008/2010; e Olindo Menezes, que presidiu o Tribunal de 2010 a 2012.



FOTOS: PROPRIÉ



Na sequência, ex-presidentes do TRF, Assusete Magalhães, Jirair Meguerian, Olindo Menezes, e respectivos familiares, durante aposição dos retratos

Na galeria de vice-presidentes foi incluído o retrato do desembargador federal José Amilcar Machado, vice-presidente no biênio 2010/2012. Na galeria de desembargadores federais foram apostas as fotografias dos magistrados Ney Bello e Cândido Moraes. O presidente Mário César Ribeiro destacou a importância do Salão Nobre para o TRF1: “este local foi palco de muitas solenidades e eventos que marcaram a história deste Tribunal. Aqui também prestamos homenagem aos magistrados da casa e celebramos a memória dos que já partiram”.

No mesmo dia, também foi realizada sessão solene no Plenário do Tribunal, especialmente preparada para a comemoração do Jubileu de Prata. A mesa de honra foi composta pelo presidente do TRF1, desembargador federal Mário César Ribeiro; pelo procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da Primeira Região, José Adonis Callou de Araújo Sá; pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, conselheiro federal Marcus Vinicius Furtadi Coêlho; pela ministra Assusete Magalhães – representando o presidente do STJ –; e pelo primeiro presidente do TRF1, desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva.

Durante a solenidade, o diretor regional dos Correios em Brasília, Antônio Tomas, em nome do Ministério das Comunicações e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), lançou o Carimbo comemorativo e o Selo personalizado alusivos aos 25 anos de instalação do TRF da 1.ª Região, ambos contendo a imagem da logo comemorativa do Jubileu de Prata do Tribunal. O presidente Mário César Ribeiro e o desembargador federal Alberto Vieira da Silva receberam das mãos do diretor regional álbum com as peças filatélicas lançadas na ocasião.

Na cerimônia também não poderia faltar a homenagem aos servidores da Casa, representados, na ocasião, pelos pioneiros, servidores do TRF1 nomeados pelo Ato n.º 1, do dia 31 de março de 1989, a quem o presidente Mário César entregou foto tirada com todo o grupo de servidores que compareceu ao encontro realizado em fevereiro.

No evento que marcou o início das comemorações do Jubileu de Prata houve, ainda, o lançamento da obra “Memória dos 25 anos do TRF-1.ª Região”, publicação elaborada pela Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge). O livro apresenta a identidade do Tribunal, suas gestões, a história dos Juizados Especiais Federais, um panorama da história do TRF1 e os julgamentos históricos realizados



Desembargador José Amilcar Machado e esposa durante a colocação de retrato na galeria de desembargadores



Desembargador federal Ney Bello e familiares



Desembargador federal Cândido Moraes e esposa



Presidente Mário César Ribeiro recebe peças filatélicas

pela Corte. Também foi organizada a exposição “Riquezas e Diversidades da Primeira Região” (confira a exposição na editoria ‘Feito com Arte’). Montada no Espaço Cultural localizado no *hall* de entrada do edifício Sede I, além da atualização da Memória Oral com os ex-presidentes, apresentada no Memorial do TRF1.

ESPORTE E INTEGRAÇÃO – As comemorações continuaram nos dias 29 e 30 de março, com os Jogos Internos no Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Entre as modalidades disputadas, futebol society, queimada, vôlei de praia, sinuca e tênis de mesa, que reuniram aproximadamente 300 pessoas. O esporte mais procurado foi o futebol, com 208 inscrições e participação de atletas com idades entre 15 e 60 anos. Na modalidade queimada, quatro times disputaram a competição, enquanto a sinuca teve oito participantes. O tênis de mesa contou com duas participantes no feminino e 12 no masculino. Duas duplas disputaram o vôlei de praia feminino e outras três o vôlei de praia masculino. Confira os resultados na tabela:

Modalidade	Resultado
Vôlei de Praia masculino	1º Lugar – Luciano Alcantara e Leonardo Augusto Moreira dos Santos
	2º Lugar – Arhtur Pimentel Cunha e Rodrigo Ferreira Cardoso
Vôlei de Praia Feminino	1º Lugar – Hilla Suzane e Tatiane Costa
	2º Lugar – Mônica Regina e Ellen Goulart
Queimada	1º Lugar – Super Liga
	2º Lugar – As Happy
Tênis de mesa Feminino	1º Lugar – Jeciane Aline Oliveira
	2º Lugar – Júlia Santana da Silva
Tênis de mesa masculino	1º Lugar – Carlos Magno O. Pereira
	2º Lugar – Júlio César Paes
Sinuca	1º Lugar – Júlio César Paes
	2º Lugar – Fabiano Costa Lucindo
Futebol Categoria Veterana	1º Lugar – Artigo 171
	2º Lugar – Brincadeira
Futebol Categoria Principal	1º Lugar – Segurados
	2º Lugar – Real Matismo

A programação comemorativa se estendeu pela semana de 31 de março a 3 de abril. No período foram realizadas apresentações culturais no estacionamento localizado entre os edifícios Sede I e II, sempre às 11h e às 16h. Os magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários puderam se divertir com o show do Boi do Seu Teodoro, a apresentação de música sertaneja com artistas locais e a exibição de roda de capoeira com o grupo Abadá.

ENCONTRO DE CORAIS – as atividades comemorativas se encerraram no dia 4 de abril com o “Encontro de Corais comemorativo do Jubileu de Prata do TRF da 1.ª Região”, realizado às 17h, no Espaço Pontes de Miranda. O evento reuniu cinco corais e encerrou a programação da Casa elaborada especialmente para comemorar os 25 anos do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

“Passados os 25 anos do TRF da 1.ª Região, nossa Corte inicia novo ciclo, e esperamos que possa contar novamente, no próximo jubileu, com os corais que hoje



Momentos esportivos e culturais promovidos durante as comemorações do Jubileu



PROFONAL

Apresentação do coral Habeas Cantus durante a solenidade de abertura do Jubileu

se apresentaram, pois, assim como as ideias, a música, que alimenta a linguagem dos espíritos de que nos falou Gibran, tendem a se eternizar no tempo”, afirmou Paulo Cardoso, secretário-geral da Presidência, ao ler mensagem do presidente Mário César Ribeiro para o evento.

A abertura do encontro emocionou todos os participantes. Em conjunto, o *Habeas Cantus* do Poder Judiciário do Distrito Federal, o Coral do TCDF, Coral Encantos da PGR e Serpro, o Corte em Canto do STJ e o Grupo Cantarolando da Seção Judiciária da Bahia apresentaram a música “Amanhã”, do compositor Guilherme Arantes, momento em que as belas vozes se uniram e invadiram o Espaço Pontes de Miranda de reflexão e encantamento. “O canto é uma forma encantadora de comemorar a efeméride”, afirmou a desembargadora Neuza Alves ao saudar os coralistas.

O coral *Habeas Cantus* foi o primeiro a se apresentar. Conduzido pelo maestro David Reis, o grupo entoou as músicas “Tempos Modernos”, “Rua Ramalhete” e “Dancing Queen”. Para Wallace Gadelha Duarte, coordenador do Corte em Canto, participar das comemorações dos 25 anos do TRF foi uma honra. “Alguém na multidão”, “Seguindo no trem azul” e “Esperando na janela” fizeram parte repertório apresentado pelo grupo.

A apresentação musical contou também com a presença do Grupo Cantarolando, vindo especialmente da Seção Judiciária da Bahia para o encontro de corais. O grupo cantou composições de Ary Barroso, Caetano Veloso e Gerônimo. “Esse convite foi maravilhoso, e para nós é uma alegria estarmos aqui representando a Bahia. Sentimo-nos muito privilegiados e orgulhosos por estarmos aqui apresentando nossa terra, nosso canto, nosso trabalho”, disse o maestro Edvã Barbosa.

O Cantarolando encerrou as apresentações e, em homenagem à desembargadora Neuza Alves, cantou “Tieta”. Para a magistrada, “nada melhor do que caracterizar o encerramento das festividades do Jubileu de Prata com boa música, sobretudo quando essa música boa vem das vozes dos servidores da própria casa, das seccionais e dos tribunais superiores”, concluiu.

Parte dos eventos e ações comemorativos do Jubileu de Prata do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região contou com o patrocínio fundamental da Caixa Econômica Federal (CEF), cujo apoio foi essencial para a realização das atividades externas, como por exemplo, os Jogos Internos. ■

ASCOM



ASCOM

Servidores da Casa prestigiam o evento

Mensagem dos pioneiros

ADALBERTO JORGE VASCONCELOS - “Eu me sinto orgulhoso por ser um dos pioneiros da instalação deste TRF e pelo fato de ter contribuído para o engrandecimento desta Corte, à qual dediquei metade da minha vida.”



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

ANTONIO LUIZ CARVALHO NETO - “Sinto-me honrado e feliz por fazer parte da história do TRF da 1.ª Região. Hoje, após 25 anos de trabalho, olho para trás e vejo o quanto esta instituição cresceu, sempre com o fito de uma prestação jurisdicional profícua e célere. Muitos foram os esforços para superar os obstáculos advindos ao longo de todos estes anos; apesar disso, é gratificante ver a importância deste Tribunal no contexto jurídico nacional, pois atendemos à quase metade do território brasileiro, sem, contudo, deixar de zelar pela qualidade de nossas tarefas, melhorando a cada dia a imagem do Tribunal. Parece que foi ontem e, no entanto, 25 anos já se passaram, e tenho certeza de que contribuí, de uma forma ou de outra, com meu trabalho, para o crescimento do TRF da 1.ª Região. Parabéns, “Tribunal da Boa Vontade”, como era chamado pelo nosso primeiro presidente, Dr. Alberto Vieira da Silva.



JOSIANE SANTOS BATISTA DE OLIVEIRA - “25 anos... uma vida... uma história... o primeiro sentimento impregnado foi o do respeito a esta egrégia Corte, ao ritual, às formalidades e às decisões prolatadas. Hoje, além do respeito, prevalece muito a consideração a quem está ao meu lado, trabalhando em equipe, e a quem recebe o fruto do nosso trabalho. Primar pela alteridade é o objetivo a que me proponho todos os dias... Pois essa filosofia é uma marca indelével dos sentimentos de respeito e consideração, porque não edifico nada se não me sentir parte daquilo que construo. Parabéns, minha egrégia Corte!!!”



ANTONIO HUMBERTO MACHADO DE S. BRITO - “Sinto ter cumprido a missão institucional, pois no TRF da 1.ª Região trabalhei com afinco, fiz inolvidáveis amizades com servidores e com ilustres juízes federais. Apoiei no seu funcionamento objetivando facilitar o árduo trabalho dos magistrados que deliberaram sobre incommensuráveis conflitos da sociedade. 25 anos se passaram, o TRF da 1.ª Região fez história com julgamentos marcantes, criação de jurisprudência e notável prestação jurisdicional. Parabéns a todos!”



Uma homenagem a quem ajudou a construir a história do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região



NERCY BATISTA DA ROCHA - "É uma grande alegria fazer parte desta Instituição. Vi o Tribunal nascer, crescer, se expandir, se tornar independente, decidir e criar sua própria jurisprudência. Aprendi a trabalhar e cumprir com zelo a árdua rotina de gabinete, a conviver e respeitar as diferenças. O Tribunal é minha vida! Afinal, metade dela foi vivida aqui."



TRF DA 1.ª REGIÃO CUMPRE 100% DA RESOLUÇÃO DA FICHA LIMPA

O TRF da 1.ª Região cumpriu 100% da Resolução 156 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mais conhecida como a Resolução da Ficha Limpa. A determinação do Conselho que veda a nomeação, para cargos em comissão, das pessoas condenadas por atos de improbidade administrativa ou passíveis de inelegibilidade, foi atendida por 86 órgãos do Poder Judiciário, entre conselhos de justiça e tribunais superiores, estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais e militares. O texto resultou na dispensa, em todo o País, de um total de 21 servidores que ocupavam função comissionada assim como na exoneração de outros 19 nomeados para cargos em comissão.

A resolução foi aprovada em agosto de 2012 e alterada em abril do ano passado. O levantamento realizado pelo Departamento de Gestão Estratégica e pela Secretaria Processual do CNJ mostra que, segundo os critérios estipulados, o percentual de cumprimento do ato normativo, pelos órgãos do Judiciário, foi de 97%.

Fonte: Agência CNJ de Notícias

DESIGNADA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA PARA O BIÊNIO 2014/2016

O presidente do TRF 1.ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, designou, por meio da Portaria Presi/Secge 69, comissão de transição administrativa indicada pela Administração eleita para o biênio 2014/2016, com os seus respectivos interlocutores. A designação segue o disposto no § 8.º do art. 18 do Regimento Interno do TRF da 1.ª Região.

A Comissão de Transição será coordenada pelo servidor Deyr J. Gomes Júnior, chefe da assessoria do gabinete do desembargador federal Cândido Ribeiro – eleito presidente –, e possui como membros os servidores Carlos Frederico Maia Bezerra, diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (Secor); Ionice de Paula Ribeiro, diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi); Marcos Barbosa Andrade (TRT/10.ª Região); e Wânia Maríça, secretária-executiva da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1.ª Região (Cojef).

Atuarão como interlocutoras as servidoras Bárdia Tupy Vieira Fonseca, diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge); Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá, assessora adjunta da Secge, e Gislaíne Terezinha Fonseca dos Santos Serralvo, diretora da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret).

DESEMBARGADOR KASSIO MARQUES PROFERE PALESTRA EM CONGRESSO DE DIREITO CONCORRENCIAL NO PANAMÁ



O desembargador federal Kassio Marques participou do “Terceiro Seminário de Competência para Jueces Latinoamericanos”, Congresso de Direito Concorrencial que ocorreu na Cidade do Panamá entre os dias 10 e 12 de março.

O Congresso contou com a presença do presidente da Suprema Corte Panamenha, do presidente do Tribunal de Defensa de la Libre Competencia do Chile, do presidente do Tribunal de Concorrência do Reino Unido, além de vários juizes de diversos países da América Latina, como Brasil, México, Estados Unidos

da América, Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Panamá, El Salvador, Porto Rico, Costa Rica, República Dominicana, Honduras, entre outros. Representaram a magistratura brasileira no evento, os desembargadores federais Kassio Marques, desta Corte, e Otávio Pamplona, do TRF da 4.ª Região.

O seminário proporcionou um rico intercâmbio de experiências em matéria de direito concorrencial entre julgadores da América Latina. O desembargador federal Kassio Marques, que é membro da Asociación Iberoamericana de Jueces em Derecho Regulatorio, proferiu palestra com exposição de caso de domínio de mercado julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, cujo tema foi “La legalidad de la adopción de la cláusula de exclusividad de cooperativas de servicios médicos en Brasil”.



POLO UNICORP MANAUS REALIZA PRIMEIRA ATIVIDADE

O Polo da Universidade Corporativa da 1.^a Região (UniCorp) em Manaus realizou no período de 12 a 14 de março os dois primeiros treinamentos em serviço: “Expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)” e “Legislação aplicada aos servidores da Justiça Federal da 1.^a Região”.

Trinta e oito servidores das seções e subseções Judiciárias dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima participaram presencialmente do curso “Expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs)”, que foi ministrado pela diretora da Coordenadoria de Execução Judicial (Corej) do TRF da 1.^a Região, Leila Maria Moreira. No programa, os participantes trabalharam com as informações contidas na Cartilha de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor do TRF, criada com o intuito de uniformizar os principais procedimentos pertinentes à expedição de RPVs e precatórios na Justiça Federal da 1.^a Região.

O treinamento sobre “Legislação aplicada aos servidores da Justiça Federal da 1.^a Região” ocorreu nos dias 13 e 14 de março, no anfiteatro Cacique Ajuricaba. Ao todo, 18 servidores se inscreveram no curso que foi apresentado pela diretora da Secretaria de Recursos Humanos (SECRE/TRF1), Maria do Carmo Cezário Correa, pelo diretor da Divisão de Legislação de Pessoal (DILEP/TRF1), Elvécio Martins Soares Souto, e pela supervisora da Seção de Direitos e Deveres, Argeamery Teles de Souza. A verbação de tempo de serviço; movimentação de servidores; licenças e afastamentos; férias; serviço extraordinário (hora-extra); instrução processual administrativa e assuntos diversos relacionados à legislação de pessoal foram abordados no treinamento. Servidores das seções judiciárias do Maranhão, do Pará e do TRF1 também participaram do curso.

Fonte: Secos/AM



SUBSEÇÃO DE PAULO AFONSO EXPEDE MAIS DE R\$1 MILHÃO EM RPVS

O I Mutirão Concentrado de Conciliações de 2014 realizado pela Subseção Judiciária de Paulo Afonso foi encerrado no dia 13 de março. A ação foi coordenada pelo juiz federal diretor da Subseção, João Paulo Pirôpo de Abreu, e contou com o apoio de procuradores e prepostos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de servidores, conciliadores cadastrados, estagiários, partes e advogados.

Os acordos celebrados resultaram na expedição de 132 RPVs, com valores que superam R\$ 1,1 milhão, decorrentes da implantação de benefícios previdenciários de diversas espécies bem como pagamento de verbas retroativas, que representarão um reforço à economia do município de Paulo Afonso e cidades vizinhas.

Fonte: Secos/BA



Atenção aos mais velhos

EMPRESA É CONDENADA POR DANOS MORAIS COLETIVOS EM R\$ 50 MIL POR NÃO RESERVAR VAGAS GRATUITAS E NÃO CONCEDER DESCONTO A IDOSOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERESTADUAL

▼ CLAUDIA BERNAL

Ainda jovem, o Estatuto do Idoso por vezes é burlado. De olho nisso, o Ministério Público tem buscado justiça para que os mais velhos possam usufruir dos benefícios criados há dez anos pela Lei n.º 10.741/2003. Recentemente, a 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região determinou à empresa Pluma Conforto e Turismo S/A que cumpra o estatuto, reservando duas vagas gratuitas e concedendo desconto de 50% no sistema de transporte coletivo interestadual às pessoas com mais de 60 anos e com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Por não cumprir a lei, a Pluma também foi condenada a pagar indenização por danos morais coletivos no valor de

R\$ 50 mil (reparação essa a ser revertida ao fundo previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85).

O julgamento se deu após a interposição de recurso do Ministério Público Federal (MPF) contra sentença proferida pelo Juízo da 14.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que julgou improcedente o pedido. O fundamento foi o de que o pleno exercício do benefício dependeria de previsão legal, de fonte de custeio das despesas daí decorrentes ou de revisão tarifária para essa finalidade. Isso porque a empresa de turismo alegava desequilíbrio econômico-financeiro.

No entanto, segundo a apelação do MPF ao TRF da 1.ª

Região, o direito é legalmente assegurado e se enquadra na política pública de atenção à pessoa idosa. Para o Ministério Público, haveria critérios de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão do serviço público de transporte coletivo, cabendo às empresas interessadas demonstrarem a eventual ocorrência de prejuízo em decorrência do benefício, para fins de possível adequação tarifária. Ainda segundo o ente público, deve-se privilegiar o princípio da proteção ao idoso hipossuficiente em detrimento de interesses meramente econômicos das empresas concessionárias, passíveis de posterior reparação.

Ao analisar o caso no TRF1, o relator, desembargador federal Souza Prudente, disse ter convicção formada no sentido de que a pretensão do processo encontra-se em sintonia com um dos objetivos fundamentais inseridos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que é construir uma sociedade livre, justa e solidária (CF, art. 3.º, I). O magistrado ressaltou que o Supremo Tribunal Federal (STF), ainda que em sede provisória, já se posicionou nessa mesma linha de entendimento (Suspensão de Segurança nº 3052).

O art. 40 da Lei n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso) prevê a reserva de duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Prevê, também, desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas e que comprovem ainda renda igual ou inferior a dois salários mínimos – exatamente o que a empresa condenada não cumpria.

“Como visto, não se vislumbra, na espécie, qualquer óbice ao cumprimento do dispositivo legal em referência, seja por já se encontrar suficientemente regulamentado, seja pela circunstância de que, eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão celebrado pela empresa promovida, se efetivamente alterado, em virtude do mencionado benefício, deverá ser postulado perante a Administração, observado o devido processo legal, nos termos do parágrafo único do art. 9.º do Decreto n.º 5.934, de 18 de outubro de 2006; não se podendo admitir, contudo, que sirva de mote para inviabilizar a eficácia da garantia do direito fundamental das pessoas idosas”, considerou o desembargador Souza Prudente.

Quanto ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, o magistrado enfatizou que, para tal reparação, há expressa previsão no art. 6.º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor.

Sancionada há dez anos, a Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) foi um importante marco jurídico na legislação do Brasil. A preocupação foi prevista na Constituição de 1988, e o Estatuto estabelece diversos direitos (saúde, transportes coletivos, amparo contra violência, assistência integral quando verificado abandono, entidades de atendimento ao idoso, lazer, cultura, esporte, trabalho e habitação) e também deveres, tudo em busca da proteção da pessoa idosa.

SAÚDE

- **Atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS).**
- **A distribuição de remédios aos idosos, principalmente os de uso continuado (hipertensão, diabetes etc.), deve ser gratuita, assim como a de próteses e órteses.**
- **Os planos de saúde não podem reajustar as mensalidades de acordo com o critério da idade.**
- **O idoso internado ou em observação em qualquer unidade de saúde tem direito a acompanhante, pelo tempo determinado pelo profissional de saúde que o atende.**

TRANSPORTES COLETIVOS

- **Os maiores de 65 anos têm direito ao transporte coletivo público gratuito, bastando que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.**
- **Nos veículos de transporte coletivo é obrigatória a reserva de 10% dos assentos para os idosos, com aviso legível.**
- **Nos transportes coletivos interestaduais o estatuto garante a reserva de duas vagas gratuitas em cada veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Se o número de idosos exceder o previsto, esses devem ter 50% de desconto no valor da passagem, considerando-se sua renda.**

VIOLÊNCIA E ABANDONO

• Nenhum idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.

• Quem discriminar o idoso, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte ou a qualquer outro meio de exercer sua cidadania pode ser condenado, e a pena varia de seis meses a um ano de reclusão, além de multa.

• Famílias que abandonem o idoso em hospitais e casas de saúde, sem dar respaldo para suas necessidades básicas, podem ser condenadas a penas de seis meses a três anos de detenção e multa.

• Para os casos de idosos submetidos a condições desumanas, privados da alimentação e de cuidados indispensáveis, a pena para os responsáveis é de dois meses a um ano de prisão, além de multa. Se houver a morte do idoso, a punição será de 4 a 12 anos de reclusão.

• Qualquer pessoa que se aproprie ou desvie bens, cartão magnético (de conta bancária ou de crédito), pensão ou qualquer rendimento do idoso é passível de condenação, com pena que varia de um a quatro anos de prisão, além de multa.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO

• O dirigente de instituição de atendimento ao idoso responde civil e criminalmente pelos atos praticados contra o idoso.

“Para a sua configuração, é imprescindível ser injustificável e intolerável a ofensa, ferindo gravemente os direitos de uma coletividade, como no caso dos autos, em que a concessionária dos serviços de transporte terrestre viola, flagrantemente, uma garantia legalmente assegurada às pessoas idosas hipossuficientes, na qualidade de usuários de tais serviços, do que resultam, inevitavelmente, transtornos de ordem física, psíquica e emocional, que se presumem, em casos que tais, em virtude da angústia e do sofrimento daí decorrentes”, destacou o relator ao determinar a multa de R\$ 50 mil a ser paga pela empresa.



O desembargador ainda arbitrou multa no valor de R\$ 10 mil para cada descumprimento da ordem judicial, cabendo à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no exercício de seu poder de polícia administrativa, velar pelo integral cumprimento desta obrigação.

A decisão da 5.ª Turma foi unânime.

Brasil idoso – Processos como esse ainda deverão estar na pauta do Judiciário por muito tempo, já que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil caminha para se tornar um país de população majoritariamente idosa. As projeções dão conta de que, em 2030, o grupo de idosos de 60 anos ou mais será maior que o grupo de crianças com até 14 anos. Já em 2055, a participação de idosos na população total será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos.

Os idosos hoje, segundo o IBGE, são em sua maioria mulheres (55,7%) brancas (54,5%) e moradores de áreas urbanas (84,3%) e correspondem a 12,6% da população total do país, considerando a participação relativa das pessoas com 60 anos ou mais.

Os números do IBGE mostram ainda que a principal fonte de rendimento dos idosos de 60 anos ou mais foi a aposentadoria ou a pensão, equivalendo a 66,2% e chegando a 74,7% no caso do grupo de 65 anos ou mais. ■

INTERPRETARTE, JORDANNA J. ALVES

- **A fiscalização dessas instituições fica a cargo do Conselho Municipal do Idoso de cada cidade, da Vigilância Sanitária e do Ministério Público.**
- **A punição em caso de mau atendimento aos idosos vai de advertência e multa até a interdição da unidade e a proibição do atendimento aos idosos.**

LAZER, CULTURA E ESPORTE

- **Todo idoso tem direito a 50% de desconto em atividades de cultura, esporte e lazer.**

TRABALHO

- **É proibida a discriminação por idade e a fixação de limite máximo de idade na contratação de empregados, sendo passível de punição quem o fizer.**
- **O primeiro critério de desempate em concurso público é o da idade, com preferência para os concorrentes com idade mais avançada.**

HABITAÇÃO

- **É obrigatória a reserva de 3% das unidades residenciais para os idosos nos programas habitacionais públicos ou subsidiados por recursos públicos.**

MUDANÇAS RECENTES NO ESTATUTO

- **No final de 2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou mudanças no Estatuto do Idoso. A partir de agora, os idosos que apresentarem algum problema de locomoção poderão receber atendimento do poder público em casa, com a proibição de órgãos públicos exigirem o comparecimento de idosos doentes ou impossibilitados de se locomover para realizar procedimentos burocráticos.**

Comitê do CJF consolida metas de macrodesafios para 2015-2020

TRABALHO TÉCNICO QUE COMPÕE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO
VISA APRIMORAR PROCEDIMENTOS E GARANTIR MELHOR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO PAÍS



FOTOS: SAMUEL FIGUEIREDO

RICARDO CASSIANO

Representantes do TRF da 1.^a Região participaram, nos dias 24 e 25 de março, de reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, realizada na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília (foto). Desde o início do ano, o grupo vem trabalhando na construção de indicadores e metas, no âmbito da JF, de dez macrodesafios que compõem o Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário 2015-2020.

O encontro, conduzido pela juíza federal em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Kelly Costa, teve o objetivo principal de consolidar três indicadores de cada macrodesafio: um trabalho técnico que, na prática, consiste na identificação de gargalos nas áreas administrativa e judicial dos TRFs e na estipulação de metas para superá-los até 2020.

Representaram a 1.^a Região o juiz federal em auxílio à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1.^a Região (Coger/TRF1), Marcelo Albernaz, e as diretoras da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge/Diges), Bárdia Tupy, e da Divisão de Desenvolvimento Institucional (Diden/Secge), Mariana Gomide.

Durante a reunião, todos os TRFs apresentaram proposições sobre um macrodesafio específico, a começar pela 1.^a Região, que ficou responsável pelo “aprimoramento da gestão da Justiça Criminal”. A equipe do TRF1 sugeriu, como metas, a diminuição do tempo médio do processo criminal – para 125 dias no Tribunal e 150 dias nas seccionais –, o cumprimento integral de penas alternativas e a redução, para 30%, da taxa de congestionamento de processos criminais na fase de conhecimento nos 1.^o e 2.^o graus em nível recursal.



Juiz federal em auxílio à Coger/TRF1, Marcelo Albernaz, e servidoras da Secge Mariana Gomide e Bárdua Tupy apresentaram proposições durante reunião

Para cada uma dessas metas foram aprovadas três ações concretas, com objetivos, prazos e previsão de custos definidos: as chamadas “iniciativas”. A utilização prioritária da videoconferência nas audiências, a substituição de cartas precatórias por um sistema eletrônico de mandados e a possível criação de centrais de penas alternativas estão entre as sugestões elencadas pelo TRF1.

Em seguida, foi aberto espaço para os magistrados e servidores das demais regiões apresentarem os indicadores e as iniciativas referentes aos seus respectivos macrodesafios. Entre os temas estão o “combate à corrupção e à improbidade administrativa”, a “celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, a “melhoria na gestão de pessoas” e o “impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas”.

Durante o encontro do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal, foram consolidados os indicadores de todos os dez macrodesafios. As proposições foram encaminhadas ao CNJ e rediscutidas durante a Reunião Preparatória do VIII Encontro Nacional do Judiciário, realizada pelo conselho nos dias 26 e 27 de março. Os trabalhos no âmbito da Justiça Federal e dos demais segmentos prosseguirão até o fim do ano, quando deverá ser finalizado o Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário para 2015-2020. O documento será apresentado no encontro nacional promovido pelo CNJ. ■

10 MACRODESAFIOS TRABALHADOS PELO CJF E QUE COMPÕEM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020

- Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Melhoria da gestão de pessoas
- Melhoria da infraestrutura e governança de TIC
- Aperfeiçoamento da gestão de custos
- Instituição da governança judiciária

MACRODESAFIOS

Dia Mundial da Água busca economia e inclusão hídrica

PARA 2014, ONU QUER ESTIMULAR OS PAÍSES A ADOTAREM POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSUMO CONSCIENTE, SUSTENTABILIDADE, ECONOMIA E GARANTIA DO ACESSO A ESSE MINERAL A POPULAÇÕES EXCLUÍDAS

▼ CARLA LISBOA

“Água e energia” foi o tema do Dia Mundial da Água de 2014, que é celebrado em 22 de março. Este ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu, como mote, a escassez para o debate sobre geração de energia pelas usinas hidrelétricas, nucleares e térmicas, as quais usam muita água para fornecer luz, fomentar indústrias e assegurar confortos. O tema propôs também uma discussão sobre soluções para a falta e o consumo de água e o consumo de água contaminada.

A ONU quer estimular a adoção de políticas públicas para consumo consciente e racionamento e, ainda, ampliar o acesso à água potável a todos – um direito humano e gênero de primeira necessidade. No Brasil, a Agência Nacional da Água (ANA) promoveu atividades na semana que antecedeu o Dia Mundial da Água. Na Câmara dos Deputados, houve mesa redonda sobre “Medidas alternativas para o Uso Racional da Água”. Na pauta foram discutidos também assuntos como a coleta e a utilização da chuva, tratamento e uso de águas cinzas, “telhado verde”.

Em outro evento, a ANA comunicou que Brasília foi eleita a cidade sede do 8.º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em 2018. Será a primeira vez que o hemisfério sul recebe o maior evento sobre recursos hídricos do mundo. Esse fórum é realizado pelo Conselho Mundial da Água (WWC) a cada três anos para inserir a temática da água na agenda global.

Escassez – Instituído pela Conferência Rio 92, há 17 anos, o Dia Mundial da Água denuncia os males da falta de preservação desse mineral. Este ano, no dia 21 de março, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou que 768 milhões de pessoas não têm acesso à água potável e 1,4 mil crianças menores de cinco anos morrem,



INTERNET

diariamente, no mundo, em decorrência da falta de água, de saneamento e de higiene. A maioria vive na pobreza, em zonas rurais ou em bairros marginais. Dados da ONU levantados em 2013 revelam que dois terços dos milhões de pessoas sem acesso à água potável se concentram em apenas dez países: China (108), Índia (99), Nigéria (63), Etiópia (43), Indonésia (39), República Democrática do Congo (37), Bangladesh (26), República Unida da Tanzânia (22), Quênia (16) e Paquistão (16).

Preocupada com a questão, o Unicef lançou uma campanha mundial nas redes sociais para levar água potável e saneamento a todas as pessoas. A instituição pediu aos seguidores no Facebook, no Twitter e no Instagram que comentem o que a água significa para eles, ilustrem com fotografias e usem a palavra-chave – *hashtag* #ElAguaEs – para criar consciência sobre o que é viver sem água potável.

Distribuição – Privilegiado com 12% da água doce superficial do mundo, o Brasil sofre com a falta de qualidade e com o desaparecimento de suas fontes. “Estamos jogando contra nosso patrimônio quando matamos nascentes e poluímos rios, e o Sistema da Cantareira está secando por causa das mudanças climáticas dos últimos 250 anos”, informa Paulo Salles, professor de ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB).

ÁGUA, UM BEM PRECIOSO



Recursos Hídricos O Caminho do Desenvolvimento

Oferta de água

A maior parte da superfície da terra é composta de água. Só um volume pouco maior que 2% de toda água existente é doce. Desta, mais de 90% está nos gelos polares ou nos depósitos subterrâneos muito profundos.

As águas doces superficiais existentes, e que são possíveis de serem utilizadas pelo homem de forma economicamente viável e sem grandes impactos ao meio ambiente, correspondem a somente 0,001 % da água doce do planeta.

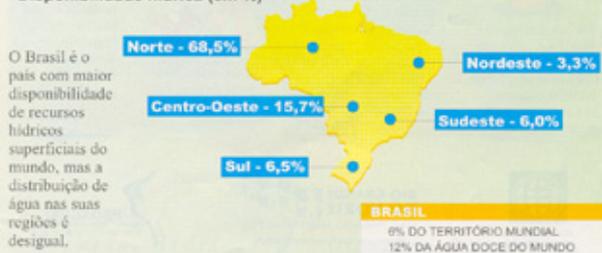


PARA OBTER/UTILIZAR	QUANTIDADE NECESSÁRIA
1 kg de arroz	4.500 litros
1 kg de trigo	1.500 litros
1 kg de aço	300 litros
1 kg de papel	250 litros
Tomar banho - 5 minutos	30 litros
Escovar os dentes (Alternando o fechamento da torneira)	2 litros

Para garantir um bom padrão de vida é necessário cerca de 50 a 150 Litros de água/dia por pessoa.

Água disponível por região

Disponibilidade hídrica (em %)



DICAS DE PRESERVAÇÃO

Confira as dicas da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) para preservação:

- Cinco minutos de banho é suficiente. É importante desligar o chuveiro na hora de se ensaboar.
- Ao escovar os dentes ou fazer a barba, feche a torneira e abra-a apenas quando for necessário.
- A descarga do vaso sanitário gasta em média 10 a 12 litros de água cada vez que é usada. Verifique se está regulada, e na hora de comprar o vaso sanitário prefira um com opção de duas vazões de água.
- Limpe os resíduos com a esponja e sabão antes de usar água para lavar a louça.

- A máquina de lavar louças deve ser acionada depois de estar completamente cheia.
- As roupas devem ser lavadas em quantidade suficiente para encher a capacidade da máquina.
- Ao molhar as plantas, o regador é o instrumento ideal. Na hora lavar o quintal e o carro, prefira o balde.

Salles afirma que o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), instituto da ONU que reúne mais de 700 analistas da água, clima e economia, produziu cinco relatórios e, no último, de 2013, atribuiu ao homem boa parte da culpa pelas secas, chuvas e nevascas cada vez mais graves e intensas. “Em 2005, o rio Amazonas secou. Vivemos uma conjunção de fatores em que o Nordeste tem tido inundações violentas, e o Sul e Sudeste, secas monumentais. As causas são os efeitos da industrialização (estufa), desmatamento, urbanização, esgotos”, salienta o professor.

Outro foco de dificuldades para acesso à água potável é a distância das fontes. São Paulo é um exemplo. Embora tenha surgido na confluência de rios, o estado viu a poluição tornar imprestáveis fontes próximas e ter de captar água em bacias distantes, alterando cursos de rios e a distribuição natural da água na região. Na última década, a quantidade de água distribuída aos brasileiros cresceu 30%, mas quase

dobrou a proporção de água sem tratamento (de 3,9% para 7,2%) e o desperdício ainda assusta: 45% de toda a água oferecida pelos sistemas públicos.

A poluição e o uso inadequado comprometem esse recurso em várias regiões. Mais de 90% do território brasileiro recebe chuvas abundantes durante o ano. Essa água, no entanto, é distribuída de forma irregular. A Amazônia, onde estão as mais baixas concentrações populacionais, possui 78% da água superficial. No Sudeste, essa relação se inverte: 6% do total da água disponível.

“Apesar de tudo isso, temos de olhar para o futuro com otimismo porque temos instrumentos para superar isso. O Brasil tem a legislação sobre água mais avançada do mundo, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Por causa dessa lei, a água hoje é gerida e os conflitos mediados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica”, esclarece Paulo Salles.

TRIBUNAIS E OUTROS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO ADOTAM MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE

O Brasil ainda engatinha no campo da preservação e conservação dos recursos hídricos; todavia, novas atitudes têm dado espaço a uma cultura consciente. Desde a Rio 92 há uma luta para modificar a cultura consumista. Campanhas para reduzir a produção de lixo, o uso de luz e da água e outras medidas econômicas têm sido adotadas. No Poder Judiciário, vários tribunais aderiram a programas, instituíram políticas e comissões socioambientais.

Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), intitulado Indicadores Socioambientais do Poder Judiciário, realizado entre 4 e 11 de junho de 2012, dá conta de que 76% dos 78 tribunais pesquisados reduziram o consumo de água entre 2008 e 2012, otimizaram compras e economizaram R\$ 774.042 mil em ações de sustentabilidade: 86% dos tribunais reduziram o consumo de energia, 69% adotaram o devido descarte de resíduos e coleta seletiva e apenas 7% não desenvolvem ações de sustentabilidade.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, teve de adequar o novo prédio para reduzir o consumo de água. Instalou temporizador de torneira e um sistema inteligente para regar o jardim. Adotou também a ecolavagem de carros e campanhas internas de conscientização. “Em 2008, fizemos a ‘Diga Não à Garrafinha de Plástico’”. Com essa campanha, entregamos aos servidores um copo e instalamos garrações de água. Descobrimos que 30% das garrafinhas de água eram descartadas com água dentro”, conta Carolina Lima, servidora do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ.

Em 2009, o tribunal pôs em curso a campanha “Consumo consciente, gestão mais racional” com foco no pedido de material e que engloba todas as áreas. Essa iniciativa resultou em redução de custos e no reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A campanha está entre as sete finalistas do 5.º Prêmio A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na categoria Inovação na Gestão Pública.

O Fórum Sustentável do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) foi destaque na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em 2012. Primeiro órgão do Poder Judiciário a aderir ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), o TJDFT inaugurou o primeiro fórum sustentável do Judiciário e o primeiro do poder público com construção totalmente sustentável e primeira obra do Centro-Oeste com conceitos inovadores de sustentabilidade.

Para lembrar a data, o Programa Justiça Sustentável do Tribunal Regional Federal da Primeira Região veiculou nos e-mails informativo especial com matéria elaborada a respeito do tema e distribuiu nos setores da Casa folders explicativos sobre como usar e economizar a água. O material distribuído foi doado pela Adasa. ■



“A situação da água no mundo”

Você sabia que uma gotinha a cada 5 minutos representa mais de 20 litros de água desperdiçados em apenas um dia? A água limpa do planeta está acabando. Veja como está a situação da água no Brasil e no mundo.



INTERNET

1 A água ocupa 70% da superfície da Terra. A maior parte é de água salgada.

2 2% da água do planeta é congelada nos polos e nas geleiras e apenas 1% é dos rios, lagos e águas subterrâneas.

3 No Oriente Médio, 9 entre 14 países apresentam escassez de água.

4 O Brasil possui 12% de toda a água doce do planeta.

5 O Japão importa água da Coreia do Sul.

6 Os habitantes do Kuwait, por exemplo, dispõem apenas de 10 m³ de água por pessoa, por ano, o mesmo volume de água que qualquer ocidental consome em cerca de 2 meses.

7 A quantidade de água no mundo é praticamente a mesma há milhares e milhares de anos. Porém, seu consumo aumenta a cada dia com o crescimento populacional, a irrigação e a industrialização.

8 Já existem vários conflitos entre países pelo uso da água, ameaçando a paz mundial.

9 No mundo, 70% da água utilizada é para irrigação, 18% para uso industrial e 8% para uso residencial.

10 Se toda a água do mundo coubesse numa garrafa de um litro, apenas meia gotinha estaria disponível para beber.

11 Entre 1970 e 1995, devido à poluição, a quantidade de água disponível para cada habitante do mundo caiu 37%.

12 O gasto médio recomendado pela OMS para o consumo de água por uma pessoa é de 150 litros. No Brasil e no Distrito Federal, o gasto é de 250 litros.

13 O Distrito Federal e o entorno se encontram numa região de nascentes com cursos de água de baixo volume, com reflexos na oferta de água à população.

Tribunal comemora o Dia Internacional da Mulher

OFICINAS E PALESTRA SOBRE SAÚDE FORAM ORGANIZADAS PELA EQUIPE DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA COMEMORAR A DATA

▼ LUIZA NOVETTI E RHAYNE RAVANNE/MC

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 08 de março, o presidente do TRF1, desembargador federal Mário César Ribeiro, congratulou-se com as mulheres da Primeira Região por seu dia. “Elas, em nosso Tribunal, nas Seções e Subseções Judiciárias da Primeira Região, marcam presença – seja na condição de magistrada, servidora pública, prestadora de serviço ou estagiária – fazendo, em seu dia a dia, ‘a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores’, como bem expressou uma mulher simples e notável, Cora Coralina. (...) Parabéns, mulheres que atuam no Tribunal Regional e na Justiça Federal da Primeira Região, que Deus as ilumine em sua labuta diária, para que continuem a fazer história, traçando caminhos de esperança para nossos jurisdicionados”, felicitou o presidente em mensagem especialmente elaborada e encaminhada a todas as mulheres do Tribunal.

No dia 13 de março, a Seção de Promoção de Qualidade de Vida no Trabalho (Sevid) organizou as atividades comemorativas e ofereceu duas oficinas voltadas para o público feminino. A primeira delas abordou o tema “Aprenda a lidar com as diferentes mulheres que há em você” e foi ministrada pelo filósofo Rildo Moraes. “Há seis modelos diferentes: sensual, guerreira, mãe, donzela, sábia, calculista, mas uma prevalece em você”, afirmou Rildo. Segundo o filósofo, a iniciativa do Tribu-

nal de abrir um espaço para as mulheres é excelente. “Acho fantástico quando instituições prezam o elemento mulher, o que significa que de certa forma vai contribuir para a sua produção dentro do órgão”.

A servidora Cristiane Siqueira, lotada no gabinete da Vice-Presidência contou que adorou a experiência. “Realmente é motivador. Foi muito bom ter participado, é a chance que temos de sair um pouco da rotina”, opinou. Ao final do evento, Rildo Moraes distribuiu exemplares de seu livro “Kamadeva”, que trata de relacionamentos interpessoais.

Em um segundo momento foi proporcionada uma oficina de *Scrapbooking* orientada por Janice Dantas, que é especializada em artesanato em papel. Janice apresentou diferentes técnicas de cartonagem e ensinou às participantes o passo a passo de como produzir o próprio porta-retrato de papel. Para a artista, é sempre uma satisfação participar de eventos assim organizados pelas instituições públicas. “O trabalho da mulher é cada vez mais reconhecido e valorizado, e participar desse evento no Tribunal mostra que muita coisa mudou”, destacou.

Na ocasião, houve sorteio de cursos de *Scrapbooking*, álbum de fotografias e cadernos oferecidos por Janice. “É muito bom o Tribunal abrir um espaço para nós mulheres. Um clima de descontração como este serve como uma terapia para que possamos fazer um trabalho de qualidade”, elogiou a prestadora de serviço Sandra Ribeiro, lotada na Divisão de Segurança e Serviços Gerais (Diseg).

No dia 14 de março, para encerrar as celebrações do Dia Internacional da Mulher, uma palestra com o tema “A Saúde da Mulher” foi ministrada pelo médico oncologista e também diretor do Departamento de Oncologia Clínica, Centro Oncológico Antônio Ermírio de Moraes do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, Fernando Maluf.

A palestra foi aberta também ao público masculino da Casa e foi um dos eventos mais aguardados da programação. A servidora Edelweiss de Moraes Mafra, da Divisão de Produção Editorial e Gráfica (Diedi), esperava pelo início do evento. “Aguardo esclarecimentos sobre a enfermidade, orientações sobre prevenção e dicas de como lidar com a doença, caso ela venha a me acometer”, revelou Edelweiss.

FOTOS: RAMON PEREIRA



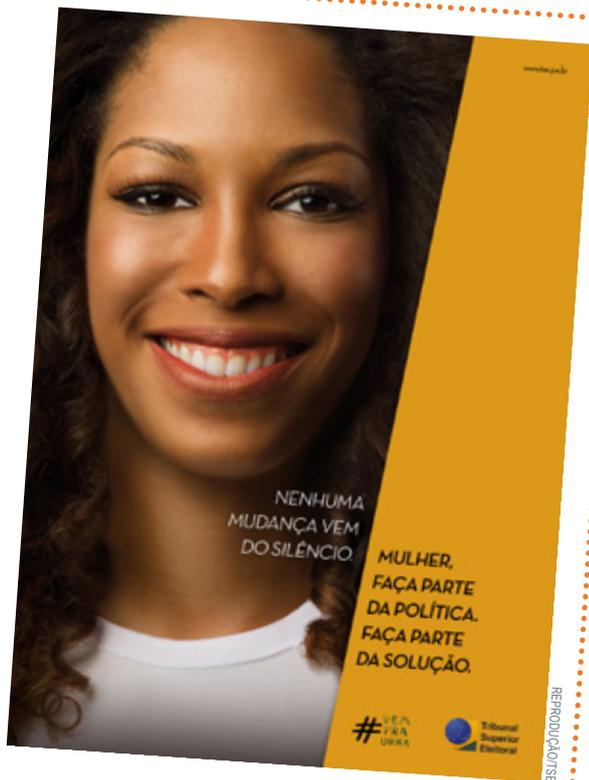
Palestra “Aprenda a lidar com as diferentes mulheres que há em você”, ministrada pelo filósofo Rildo Moraes



Servidoras aprendem a confeccionar porta-retrato na oficina de *Scrapbooking*



Prestadoras de serviços e estagiárias durante oficina



No dia 19 de março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou no Senado Federal a campanha “Mulher na política”. A iniciativa tem como objetivo estimular o crescimento da participação das mulheres nas principais decisões do País por meio de um aumento na representação feminina na política brasileira, valorizando a igualdade de gênero.

A campanha será veiculada nas emissoras de rádio e de TV por todo o País até junho deste ano.

Segundo dados fornecidos pelo especialista, os casos de câncer aumentaram 20% nos últimos cinco anos. “Atualmente, mais de 32 milhões de pessoas convivem com essa enfermidade, e temos mais de 14 milhões de novos casos todos os anos”, explicou o oncologista.

Na ocasião, o médico dividiu experiências pessoais com os presentes, esclareceu dúvidas, falou sobre prevenção e deu orientações sobre a doença. “A prevenção é uma forma muito importante de diminuir as chances de obter o câncer”, alertou Maluf. Segundo o especialista, as principais formas de prevenção são: “não fumar, não beber, ter uma dieta rica em frutas e vegetais e fazer exercícios físicos frequentemente. Lembrando que alguns casos de câncer são causados “por infecções por vírus, como o HPV, que pode causar câncer de colo de útero e a hepatite B, que pode se transformar em câncer de fígado; obesidade; mutações genéticas e agentes químicos”, frisou o médico.

Sobre a cura da doença, Fernando Maluf salientou que “é um trabalho feito em equipe. E o membro mais importante é o paciente”, destacou. Sobre o evento realizado no Tribunal, o oncologista falou da satisfação em ministrar a palestra na Casa. “Tenho uma relação próxima com este Tribunal, muitos servidores são meus pacientes, por isso tenho um carinho especial por este órgão”, revelou. Para Rosany de Sousa Martins, servidora da Sevid, a palestra foi de extrema importância. “Eu já tive câncer de pele, há cinco anos, e o doutor tirou muitas dúvidas que eu tinha. Ele falou de forma simples e esclarecedora”, disse a servidora. ■

CONVERSA COM O ESPECIALISTA

Confira na entrevista com o oncologista e diretor do Departamento de Oncologia Clínica, Centro Oncológico Antônio Ermírio de Moraes, do Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo, Fernando Maluf, mais informações sobre a prevenção e o combate ao câncer.

1. O câncer ataca homens e mulheres da mesma forma? E com a mesma intensidade?

Sim. Não existem dados que sugiram que exista uma diferença de comportamento dos tumores entre o sexo masculino e o feminino.

2. Quais são os principais sintomas do câncer?

Depende muito do local onde o tumor começa. Por exemplo, no útero pode ser sangramento vaginal ou dor pélvica; na mama pode ser um nódulo palpável.

3. Sabe-se que quanto mais cedo a doença for descoberta, maior é a chance de recuperação. Ainda assim, quais são os tipos de câncer que mais levam à morte?

Todos podem levar à morte, sendo que os mais comuns na mulher são os de mama, pulmão e cólon e reto. Nos homens, os de próstata, pulmão, cólon e reto.

4. Hoje em dia, a mídia destaca com intensidade cada vez maior a relevância da prevenção contra o câncer. Quais são as formas de prevenir a doença?

- Manter dieta adequada
- Praticar exercício físico regular
- Combater a obesidade
- Não fumar
- Beber com moderação (consumir preferencialmente vinho)
- Fazer uso de protetor solar
- Utilizar com cautela reposição hormonal
- Tomar vacina contra HPV e Hepatite B

5. Apesar de ser um tema popular, ainda há muitas dúvidas a respeito do assunto. Dentre essas questões, quais as que o senhor considera mais comuns e quais as de grande importância para o esclarecimento da população?

- Informar sobre prevenção primária: ou seja, quais as mudanças no estilo de vida para que alguém saudável permaneça saudável.
- Informar sobre o rastreamento: ou seja, quais os exames de rotina que devem ser feitos para diagnosticar um tumor em fase precoce.

6. No Brasil, um dos maiores enfoques na precaução da doença é para o câncer de pele, por alta incidência dos raios solares. Qual é o tipo de câncer que mais atinge os brasileiros?

Carcinoma basocelular (tipo de câncer com menos chance de metástase) é o mais frequente, seguido do carcinoma epidermóide e, por último, o melanoma, o mais agressivo de todos os tumores.

7. Essa enfermidade por si só já é um grande estigma para a sociedade. Para o senhor, o que é verdade sobre a doença?

A verdade é que os tumores podem ser curáveis, mas as chances são maiores (com tratamentos menos complexos) quando os casos são diagnosticados precocemente.

8. Quanto à genética, este fator realmente influencia no surgimento da doença? No caso, se tenho um parente com a doença, as demais pessoas da família

também estão propensas a ter esse mal?

Para alguns casos, sim; incluindo o câncer de mama, ovário, próstata, cólon e reto.

9. Li que certos grupos étnicos parecem estar protegidos de certos tipos de câncer; essa informação está correta? Se sim, os brasileiros estão protegidos contra algum tipo?

Não, especificamente.

10. Durante a palestra ministrada no TRF1, no dia 14 de março, o senhor falou a respeito da prevenção e do rastreamento do câncer. Qual é a diferença entre esses dois programas?

Prevenção consiste na mudança de hábitos para que a pessoa continue saudável, enquanto que o rastreamento se refere aos exames de rotina que devem ser feitos para diagnosticar tumores em fase inicial.

Nas mulheres o rastreamento inclui:

- Exame ginecológico e Papanicolau a partir dos 18 anos;
- Ultrassonografia das mamas e mamografia a partir dos 18 anos;
- Colonoscopia a partir dos 50 anos;
- Tomografia de tórax a partir dos 50/60 anos, se houver alta carga tabágica.

Nos homens o rastreamento básico envolve:

- Exame de toque retal e PSA (Antígeno Prostático Específico, medido por intermédio de exame de sangue) a partir dos 50 anos;
- Colonoscopia a partir dos 50 anos;
- Tomografia de tórax a partir dos 50/60 anos, se houver alta carga tabágica.

11. Como o senhor posiciona o Brasil em relação a outros países quanto ao desenvolvimento de novas tecnologias para o tratamento da doença?

O Brasil tem claros avanços no desenvolvimento de novos testes diagnósticos e de novas drogas. Ou seja, o futuro é muito promissor.

12. Podemos dizer que existe cura para o câncer?

Sim, principalmente quando descoberto em fases precoces.



Presidente do Tribunal instala duas turmas recursais permanentes na Seção Judiciária do Distrito Federal

DURANTE A SOLENIDADE OCORRIDA NO EDIFÍCIO CABO FRIO, EM BRASÍLIA, TAMBÉM FORAM INAUGURADAS AS INSTALAÇÕES DA 1.ª TR PERMANENTE DA SECCIONAL, EM FUNCIONAMENTO DESDE ABRIL DE 2013

RICARDO CASSIANO

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, inaugurou no dia 25 de março, as instalações da 1.ª Turma Recursal Permanente e instalou as 2.ª e 3.ª Turmas Recursais permanentes da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF). As TRs têm a função de processar e julgar recursos contra decisões dos Juizados Especiais Federais (JEFs).

A solenidade de inauguração, ocorrida na Sala de Sessões do Edifício Cabo Frio, em Brasília, reuniu dezenas de autoridades, magistrados, servidores e colaboradores da seccional e do TRF. Compuseram a mesa de honra o presidente Mário César Ribeiro, a coordenadora dos JEFs da Primeira Região, desembargadora federal Neuza Alves, e os juízes federais Gilda Maria Sigmaringa Seixas, diretora do foro da SJDF; Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, coordenador dos juizados da seccional do DF; Rui Costa Gonçalves, coordenador das turmas recursais e presidente da 1.ª Turma Recursal; David Wilson de Abreu Pardo, presidente da 2.ª Turma Recursal; Lília Botelho Neiva, presidente da 3.ª Turma Recursal; além do advogado Antônio Alves Filho, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ao abrir a cerimônia, o presidente do TRF enalteceu o trabalho que já vem sendo realizado na 1.ª Turma Recursal – em funcionamento de forma permanente desde abril de 2013 – e demonstrou expectativa quanto ao desempenho das duas novas turmas. Todas as três TRs são fruto da Lei 12.665/2012, que criou 25 turmas recursais permanentes para os JEFs na 1.ª Região, cada uma composta por três juízes federais, que atuam exclusivamente nas TRs, e um suplente.

No discurso, Mário César Ribeiro citou a experiência pessoal de atuação na Seção Judiciária do DF – como juiz federal nas décadas de 80 e 90 – e frisou a relevância das novas TRs no enfrentamento ao número crescente de pleitos nos JEFs locais. “Os juizados especiais cíveis e



SAMUEL FLORENTINO



Na mesa de honra, presidente Mário César Ribeiro assina ata de instalação da 2.^a Turma Recursal

criminais (...) conjugam uma solução para o atendimento eficiente às demandas apresentadas pela população”, ressaltou o presidente.

Entre 2002 e 2014, a TR/DF recebeu 100,5 mil recursos e julgou 86,5 mil. Nesse montante estão incluídas milhares de ações advindas de diversos estados brasileiros, o que ocorre conforme previsto no artigo 108 da Constituição, que fixou a Seção Judiciária do DF como foro nacional da União. “Pelas razões as mais diversas, as partes de todo o Brasil têm efetivamente demandado contra a União, as entidades da Administração Direta e Indireta e as fundações públicas federais, no Distrito Federal”, mencionou o coordenador das turmas recursais, Rui Costa Gonçalves. Diante disso, o magistrado afirmou que a decisão do Tribunal de instalar mais duas TRs permanentes atende não só aos magistrados, advogados e jurisdicionados do Distrito Federal ou da 1.^a Região, mas também “aos interesses e expectativas de todos que residem ou têm domicílio dentro das fronteiras da República Federativa do Brasil”.

TURMAS RECURSAIS

Atualmente, há 19 turmas recursais em funcionamento na 1.^a Região, responsáveis pelo julgamento de recursos sobre decisões dos Juizados Especiais Federais – que apreciam causas cíveis consideradas mais simples, com valor inferior a 60 salários mínimos, e criminais com pena prevista de até dois anos de prisão ou multa.

Com exceção de recurso extraordinário e de pedido de uniformização de jurisprudência encaminhados às Turmas Regional e Nacional de Uniformização, não cabe apelação das decisões das turmas recursais às instâncias superiores, o que ajuda a desafogar o acervo processual do TRF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).



SAMUEL FIGUEIREDO

Magistrados desenham fita inaugural da Galeria dos Presidentes da Turma Recursal do JEF/SJDF

O número elevado de ações sob responsabilidade da turma recursal também foi citado, em discurso, pela diretora do foro da SJDF. Segundo a juíza Gilda Maria Sigmaringa Seixas, há 37,5 mil processos em tramitação na TR: acervo que será, agora, dividido com as duas novas unidades. “Hoje, chegamos a esta realização altamente positiva, ágil e oportuna”, comemorou a magistrada. “São grandes as expectativas e os desafios dirigidos à turma recursal, mas comprometimento e entusiasmo não faltarão, seja do colegiado, seja do seu valoroso corpo funcional”, completou.

Ao tomar a palavra, a coordenadora dos JEFs da 1.ª Região externou satisfação com os resultados obtidos pela Cojef nos últimos dois anos e disse ter observado um notório “crescimento” e “amadurecimento” dos juizados no período. Sobre a instalação das novas turmas recursais permanentes, Neuza Alves destacou os ganhos para

NÚMEROS DA TURMA RECURSAL DA SJDF



Juizados Especiais Federais
A Justiça de todos

100,5 mil

recursos de JEFs distribuídos
entre 2002 e 2014

86,5 mil

ações julgadas no mesmo
período



37,5 mil

ações em tramitação na turma
recursal, que serão divididas
com as duas novas TRs



Magistrados descerram placa inaugural das três TRs



o jurisdicionado, que passa a contar com mais celeridade no julgamento dos feitos. “Isso significa, basicamente, que vai diminuir o espaço de tempo entre a provocação, o julgamento em primeira instância, a remessa para a turma recursal e a entrega definitiva da prestação jurisdicional. (...) E a justiça célere é a melhor justiça que existe”, exclamou a magistrada.

No encerramento da cerimônia, o presidente Mário César Ribeiro aproveitou a última sessão solene na seccional, antes do término de seu mandato, para despedir-se do público presente. Afirmou que o biênio foi um “período de grande aprendizado e

de crescimento pessoal” e expôs um olhar otimista quanto aos projetos que não foi possível realizar. “Prefiro o otimismo ao pessimismo, embora me considere, talvez, um misto de otimista e realista. Isso é o que me faz acreditar em dias melhores”, declarou. “Voltarei ao gabinete, no dia 25 de abril, com a sensação de dever cumprido”.

Após a realização da solenidade, os participantes dirigiram-se ao terceiro andar do prédio, onde foram descerradas as placas de instalação das novas turmas recursais e inaugurada a galeria dos presidentes das turmas recursais da Seção Judiciária do Distrito Federal. ■



MAURO PINTINI

Ampliação da Subseção de Varginha beneficiará mais de 700 mil pessoas no interior de Minas Gerais

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VARGINHA GANHA NOVA SEDE E MAIS UMA VARA FEDERAL

▼ MARA BESSA

A Justiça Federal de Varginha – município detentor do maior PIB da Região Sul do estado de Minas Gerais, sendo considerada a sétima melhor cidade do Brasil para se viver e investir – possui agora uma nova sede, também ampliada com a instalação de mais uma vara federal, a segunda da Subseção Judiciária, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro.

A solenidade ocorrida no dia 18 de março, no auditório do SEST/SENAT, marcou a inauguração da nova sede da Subseção que abriu suas portas à população de Varginha e à de mais 33 municípios da região em 2005. "É com satisfação, portanto, que entrego aos varginhenses este novo prédio e instalo a 2.ª Vara Federal - com competência geral e juizado especial federal adjunto, cível e criminal -, que vai receber parte dos mais

de 10 mil processos que tramitam na Vara Única e no Juizado Federal Adjunto, que atendem a uma população ao redor de 700 mil pessoas", afirmou o presidente Mário César Ribeiro.

Ele ressaltou ainda o papel do JEF adjunto, que irá julgar, além das ações cíveis, "os feitos criminais relativos às infrações de menor potencial ofensivo, assim considerados os crimes aos quais a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa", explicou o magistrado. E completou: "orientado pelos princípios da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade, ele terá como objetivos primordiais a conciliação, a transação, a reparação dos danos e a aplicação de pena não privativa de liberdade".

As novas instalações da Justiça Federal em Varginha possuem cerca de 2.000m² - praticamente o dobro do tamanho da

sede anterior -, e abrangem gabinetes e secretarias espaçosos; adaptações para o acesso de pessoas com deficiência; sala de perícias; sala de videoconferência - recurso que possibilita a agilização de processos, principalmente os criminais -; entre outras melhorias.

Sobre a necessidade de ampliação da sede da Subseccional, o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Guilherme Doehler, afirmou: "Varginha, polo de destaque nos cenários político, econômico e social, tanto de Minas quanto do Brasil, experimenta, a exemplo de outras grandes metrópoles, o aumento da demanda judicial, reclamando por uma maior presença e melhor estruturação do poder judiciário federal para atender seus jurisdicionados". O diretor falou também sobre o objetivo maior da instalação do novo órgão, que é o de "proporcionar a todos os cidadãos alcançados pela jurisdição desta subseção judiciária uma justiça mais célere e eficiente para que seja dada efetividade ao objetivo constitucional de termos uma sociedade mais fraterna, justa e solidária".

Também sobre a inauguração da nova sede, o presidente do Tribunal destacou a importância do trabalho integrado do Tribunal, da Seção Judiciária de Minas Gerais e da Subseccional de Varginha para atingir tal objetivo. Segundo ele, "essa colaboração vitoriosa possibilitou a construção do belo prédio e a instalação da nova unidade julgadora em tempo hábil, mostrando o acerto de Henry Ford, ao dizer que 'reunir-se é um começo, permanecer juntos é um progresso e trabalhar juntos é um sucesso'", finalizou o presidente.

Com a instalação da 2.^a Vara de Varginha, criada pela Lei 12.011/2009, a Primeira Região totaliza agora 278 varas federais, distribuídas em 14 seções judiciárias e 77 subseções judiciárias. À frente da recém-instalada vara foi designado o juiz federal Mauro Rezende de Azevedo, oriundo da Subseção de Governador Valadares/MG, para coordenar os trabalhos de uma equipe composta inicialmente por 10 servidores, três deles empossados durante a solenidade.

O diretor da Subseção, juiz federal Sérgio Santos Melo, comemorou a dupla inauguração e falou da importância da interiorização da Justiça Federal. "Não nos esqueçamos de que, até há alguns anos, a Justiça Federal era uma justiça de capitais e de cidades mais populosas do interior". O magistrado disse se sentir muito feliz em observar que "a sociedade começa, ainda que timidamente, a perceber a necessidade de ajustar as lentes para melhorar sua visão em relação ao interior neste nosso imenso país". E finalizou: "a Justiça Federal tem



Juiz federal Sérgio Melo; presidente Mário César Ribeiro; e juízes federais Guilherme Doehler e Mauro Rezende realizam o descerramento da placa inaugural



Autoridades e servidores empossados na Subseção

cumprido com maestria sua parte nesta positiva correção de sentido, interiorizando-se mais e mais a cada dia".

Autoridades representantes dos três poderes compareceram à solenidade, entre elas o prefeito em exercício de Varginha, vice-prefeito Verdi Lúcio Melo; o presidente da Câmara Municipal, vereador Leonardo Vinhas Ciacci; o diretor do foro da Comarca de Varginha, juiz de direito Augusto Moraes Braga; o procurador-chefe da República em Varginha, Marcelo José Ferreira; e o presidente da OAB/Seccional de Varginha, Ubirajara Franco Rodrigues.

A cerimônia contou também com a presença do juiz federal titular da 1.^a Vara, Luiz Antônio Ribeiro da Cruz, do secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira, do diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Minas Gerais, Geraldo Caixeta, de servidores e colaboradores da justiça federal, além de outros convidados. ■

Justiça Federal do Maranhão é contemplada com mais uma vara de Juizado Federal e uma turma recursal

NOVAS UNIDADES JULGADORAS GARANTIRÃO MAIS EFETIVIDADE AO ATENDIMENTO DOS JURISDICIONADOS

IVANI MORAIS

As mais de 33 mil ações que tramitam nos Juizados Especiais Federais do Maranhão e os cerca de 37 mil recursos oriundos desses juizados terão a partir de agora um trâmite mais rápido com a instalação da 12.ª Vara Federal, especializada na matéria, e da 2.ª Turma Recursal dos JEFs da Justiça Federal do estado.

Ao entregar as duas unidades à população de São Luís e de municípios jurisdicionados no dia 31 de março, o presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, espera contribuir para uma entrega mais efetiva da prestação jurisdicional e colaborar para a construção de uma sociedade mais digna e justa. “O trabalho realizado pelos Juizados, aliado à expansão advinda do processo de interiorização da Justiça Federal, permitem-nos afirmar que os objetivos constitucionais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, com desenvolvimento, sem pobreza e desigualdade social, vêm se tornando mais factíveis a cada dia que passa”, avaliou. Para o magistrado, “os repasses da Previdência Social aos pequenos municípios têm promovido importante transferência de renda, realizando verdadeira justiça social, beneficiando famílias de locais com menor estrutura e que abrigam pessoas mais necessitadas”.

Mário César Ribeiro destacou a importância do trabalho dos juizados citando dados de pesquisa do IBGE de 2009 que atestam que haveria 23 milhões a mais de pobres no Brasil, caso não houvesse tal transferência de renda da Previdência. “Aqui no Maranhão, mais de 25 mil dos processos que tramitam nos Juizados Especiais visam à concessão de benefícios previdenciários, mostrando, de forma cabal, que as pessoas necessitam de uma Justiça que lhes assegure seus direitos,



Desembargador Vieira da Silva compõe mesa solene do evento ao lado do presidente Mário César

não de caridade”.

Da mesma forma, as turmas recursais, que são o segundo grau de jurisdição dos Juizados Federais, tiveram sua importância ressaltada pelo presidente do TRF, Mário César Ribeiro, já que, segundo ele, constituíram-se em grande esperança de solução para o acúmulo de processos previdenciários que tomaram conta do TRF. As turmas permanentes, criadas pela Lei n.º 12.665/2012, contam com estrutura mínima e são competentes para processar e julgar os recursos interpostos nos

JEFs do estado. Na avaliação de Mário César Ribeiro, essas unidades ganharam novo impulso ao passarem a ter estrutura própria, “constituindo grande esperança de solução para o acúmulo de processos previdenciários que aportam em nosso Tribunal”, afirmou o presidente, para quem o volume expressivo dos feitos impactou sobremaneira no Tribunal e em suas seções e subseções judiciárias, em razão da carência de recursos humanos.

Como alternativa para o problema, Mário César Ribeiro anunciou o envio de proposta de emenda ao Congresso Nacional em 2013, que deu origem à Proposta de Emenda Constitucional 244, a qual atribui aos Tribunais Regionais

Federais competência para delegar às turmas recursais dos Juizados as apelações decorrentes de julgados dos juízes de direito que atuam com competência federal delegada nos municípios que não são sede da Justiça Federal. “Essa medida, ao mesmo tempo em que desafoga o Tribunal, estende aos cidadãos residentes naqueles municípios os benefícios da celeridade dos Juizados Especiais Federais em sua plenitude”, explicou.

Para o presidente, a medida deve ser acompanhada de uma reestruturação do quadro de pessoal tanto das turmas recursais, como das varas federais. “Encaminhamos ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça anteprojetos de lei que esperamos sejam remetidos ao Parlamento em breve”.

Mário César Ribeiro espera mudanças a partir dessas alternativas. “Temos confiança de que as Turmas Recursais serão importantes ferramentas de desafogo do imenso volume de processos previdenciários que tramitam em nosso Tribunal. Elas, que vieram com os Juizados para revolucionar nossas práticas, representam, também, esperança de dias melhores para os cidadãos carentes dos municípios que não sediam a Justiça Federal e que precisam dessa mudança com brevidade”, declarou o presidente.

Em nome da Direção do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, o vice-diretor do foro, juiz federal Clodomir Sebastião Reis, discursou sobre as novas vara e turma recursal, classificando-as como duas importantes conquistas para a



FOTOS: RAMON PEREIRA





Solenidade de instalação da vara de JEF e da Turma Recursal na SJMA

Seccional e a população, já que a Seção do Maranhão terá ampliada sua capacidade de atendimento. “O que era meta virou uma realidade em benefício do cidadão, garantindo a facilidade de acesso aos serviços prestados por esta Justiça”, afirmou. E complementou: “Não tenho dúvidas de que a criação do JEFs representa, além de uma grande parte de transformação do Judiciário Brasileiro, um marco na história da Justiça Federal que veio modificar por completo os parâmetros de acessibilidade à Justiça”.

Clodomir Reis falou, ainda, dos ganhos advindos dessa conquista. “Além de aliviar as demais unidades e a 1.ª Turma Recursal, sempre propiciará ao cidadão uma justiça mais dinâmica, mais célere, mais eficiente, em consonância com o princípio constitucional de uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais solidária”.

O magistrado destacou também o caráter social das sentenças proferidas pelos juizados federais. “Ampliar o acesso ao Judiciário e possibilitar celeridade no trâmite e no julgamento dos feitos para uma melhor distribuição da Justiça é o que se espera alcançar com a instalação destas novas unidades”.

Também o coordenador dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Maranhão, juiz federal Neiam Milhomem Cruz, festejou a instalação das duas unidades falando

dos números que justificam suas implantações: além dos 70 mil processos em tramitação na Turma Recursal e nos JEFs do Maranhão, em 2013 foram expedidas pelas três varas de juizados existentes mais de 95 milhões em requisições de pagamento. A grandiosidade dos números, sem dúvida, bem traduz a expressiva relevância desta solenidade de expansão dos Juizados”. E afirmou: “A Justiça Federal renova hoje perante toda a sociedade maranhense o firme e inabalável compromisso com a celeridade dos processos que tocam mais perto a parcela mais humilde de nossa população”.

À frente dos trabalhos da 12.ª Vara Federal estará o juiz federal Márcio Sá Araújo, que contará com o apoio de 14 servidores que passaram a compor o quadro da nova unidade. Para o magistrado, trata-se de uma grande conquista de facilitação do acesso à justiça. “Para se ter uma ideia, quando eu entrei na Justiça Federal havia apenas uma vara federal, que acumulava mais de 80 mil processos, e passados 8 anos a situação é bem diferente; nós temos quatro varas de Juizado, contando cada uma com 8 mil processos. E qual a diferença disso? Há uma diferença de celeridade e há uma diferença de qualidade da prestação jurisdicional”, analisou o magistrado.

O juiz Márcio assume a titularidade da recém-inaugurada vara com a expectativa de prestar um atendimento de



FOTOS: RAMON PEREIRA

Autoridades durante descerramento das placas inaugurais da 12.ª Vara Federal e da 2.ª TR



qualidade aos que procuram a Justiça Federal. “A ideia é buscar cada vez mais os princípios que informam o Juizado: informalidade, celeridade, oralidade; facilitar o acesso; informar o cidadão que bate às portas do Poder Judiciário, principalmente aquele que está sem a assistência de um advogado, que vem aqui confiando na Justiça, buscando informação, transparência; ter um cuidado muito grande com esse tipo de cidadão que confia no Poder Judiciário como a última trincheira em busca de um benefício que vai lhe dar qualidade de vida”, concluiu.

In memoriam – Ao iniciar os trabalhos da solenidade, o presidente Mário César Ribeiro lembrou o colega desembargador federal Leomar Amorim, falecido no dia 5 de março. “Passados alguns dias de luto, a tristeza vai tendo seu lugar ocupado pela saudade, deixando claro para nós, colegas e amigos do desembargador Leomar, que aqueles a quem queremos bem nunca morrem, apenas partem antes de nós; confortando-nos a certeza do reencontro futuro, bem como o fato de que, como bem observou o poeta Fernando Pessoa, ‘o próprio viver é morrer, porque não temos

um dia a mais na nossa vida que não tenhamos, nisso, um dia a menos nela”, afirmou.

O desembargador Leomar também foi lembrado pelo coordenador dos Juizados Federais maranhenses, Neiam Milhomem, que asseverou: “Ganha especial significado a lembrança de que a 1.ª Turma Recursal do Maranhão foi instalada no dia 5 de junho de 2002 e então presidida por nosso saudoso e querido Dr. Leomar Barros Amorim de Sousa, que nos deixou recentemente para buscar o descanso à sombra do Altíssimo”. E seguiu: “Assim, ampliar a Turma Recursal é dar continuidade ao legado de excelência, serenidade e profundo apreço pelo valor supremo da justiça, pela busca incansável de entregar a prestação jurisdicional, sempre com olhos voltados para decisão mais justa e mais equânime”. Prestigiaram a solenidade os juízes federais da Seccional do Maranhão, o diretor-geral do TRF, Roberto Elias Cavalcante, o secretário-geral da Presidência do TRF, Paulo Cardoso de Oliveira, e diversas autoridades civis, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, servidores e convidados. ■

Instalada 1.ª Turma Recursal no norte do País

TURMA RECURSAL ATENDERÁ AMAZONAS E RORAIMA



VERA CARPES

No dia 11 de março foi realizada, na sede da Seccional do Amazonas, a solenidade de instalação da Turma Recursal Permanente pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro. A Turma Recursal terá competência para processar e julgar os recursos interpostos nos Juizados Especiais Federais (JEFs) da seccional do Amazonas e de suas subseções, e, de forma singular, da Seção Judiciária de Roraima. Na ocasião, o presidente solicitou a todos um minuto de silêncio em homenagem ao desembargador federal Leomar Amorim de Sousa, falecido no dia 05 de março.

A Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas funciona há quase 12 anos e, segundo a diretora do foro, Jaiza Maria Pinto Fraxe, neste período magistrados vêm atuando de forma emprestada à semelhança dos Tribunais Regionais Eleitorais. "Hoje a Turma recursal ganha vida própria, com quadro próprio de magistrados e servidores", afirmou Jaiza Fraxe ao destacar também a criação de três cargos de juiz federal para o órgão amazonense, "momento este tão esperado pelos juizes federais", comemorou a magistrada ao manifestar seus agradecimentos ao governador do estado pela saudável parceria com a justiça federal e ao presidente do Tribunal pela instalação do 1.º Polo da Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1.ª Região (Unicorp) em Manaus.

O presidente Mário César Ribeiro chamou de "singular" o nascimento da unidade recursal, uma vez que integrará dois estados do norte brasileiro. "Ela e o espírito de in-

tegração que representa são nosso singelo presente ao Amazonas, estado formado por bravos que lutam". Para o governador do Amazonas, Omar Aziz, a instalação da primeira Turma Recursal no estado beneficiará as pessoas mais humildes que recorrem ao Juizado Especial Federal, e "a consolidação da democracia não se dará sem um judiciário fortalecido, que possa atender à população e desenvolver uma sociedade justa", pontuou o magistrado.

Na ocasião, o desembargador Mário César afirmou ainda que, além dos recursos das decisões dos juizados, as Turmas Recursais também poderão, em breve, julgar os recursos das decisões em matérias previdenciárias proferidas pelos juizes de direito dos estados no exercício de competência delegada. "Encaminhei sugestão ao parlamento brasileiro propondo alteração no artigo 109 da Constituição, que originou a Emenda n.º 244 de 2013, em tramitação, que permitirá delegar às Turmas Recursais competência para apreciar os recursos interpostos de decisões dos juizes estaduais em matéria previdenciária, respeitando o valor de alçada dos Juizados, o que dará mais celeridade aos recursos dos JEFs", revelou o magistrado.

Ao destacar o dever e a missão do Judiciário na preservação do meio ambiente, o presidente do Tribunal lembrou que o TRF1 especializou varas em matéria ambiental. Para tornar mais abrangente a atuação dessas varas ambientais, o desembargador sugeriu ao Senado Federal o acréscimo de parágrafo ao art. 2.º da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), a fim de atribuir às varas especializadas competên-



Presidente Mário César visita Turma Recursal



Desembargador Mário César; governador Omar Aziz, e juízes federais Jaiza Maria Fraxe e Érico Rodrigo Pinheiro após a inauguração da TR Permanente do Amazonas



cia para processar e julgar ações civis públicas decorrentes de danos originados em suas áreas de jurisdição. O Projeto tramita na Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo.

PRESENÇAS

Compuseram a mesa solene, além do presidente do TRF 1.ª Região, desembargador federal Mário Cesar Ribeiro; da diretora do foro da Seção Judiciária do do Amazonas, juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe; e do governador do Amazonas, Omar José Abdel Aziz; o presidente da Turma Recursal Permanente dos estados do Amazonas e de Roraima, juiz

federal substituto Érico Rodrigo Freitas Pinheiro; vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral, Maria do Perpétuo Socorro Guedes de Moura; a procuradora-chefe da Procuradoria da República no estado do Amazonas, Tatiana Almeida de Andrade Dornelles; o representante do prefeito de Manaus, subsecretário da Casa Civil, Vitor Hugo Menezes; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas, Alberto Simonetti Cabral Netto. Também prestigiaram a solenidade os juízes federais da Seccional, o diretor-geral do TRF, Roberto Elias Cavalcante, o secretário-geral da Presidência do TRF, Paulo Cardoso de Oliveira, outras autoridades, servidores e convidados. ■

de quem
ei põe se
gilância
ria trace

Brasil seja
enlace o
- A Cort
É plur

u rigor
- Do poder, para que
os rumos da nação
É justo que o Brasil
o juiz - Que enlace o Regimento à
regimento à cor local - A Corte das
das sentenças confirmadas - É pl
al, e meritíssima é - A Toga da Prin

que o d
vir - Num f

No exercício
al, somos tan
Cada qua



u rigor
- Do poder, para que
os rumos da nação
É justo que o Brasil
o juiz - Que enlace o Regimento à
regimento à cor local - A Corte das
das sentenças confirmadas - É pl
al, e meritíssima é - A Toga da Prin

TRF 1ª REGIÃO FEDERAL DA



25 Anos do TRF da 1.ª Região



▲ ALINE TAVARES/ MC

Quem passou pelo Espaço Cultural da Casa, no período de 28 de março a 11 de abril, conheceu um pouco da imensa diversidade cultural de parte dos estados que compõem a Justiça Federal da Primeira Região. A exposição "Diversidades da 1.ª Região" reuniu obras artísticas de 12 estados e do DF com o objetivo de celebrar os 25 anos do Tribunal. Confira!



Seringueiro/RO



Arranjo de flores do cerrado/DF



Oxum - Conceição/BA



Caixa em marchetaria/AC



O castanheiro/AP



Cocar/AM



Vaso Marajoara/PA



Azulejos pintados manualmente/DF

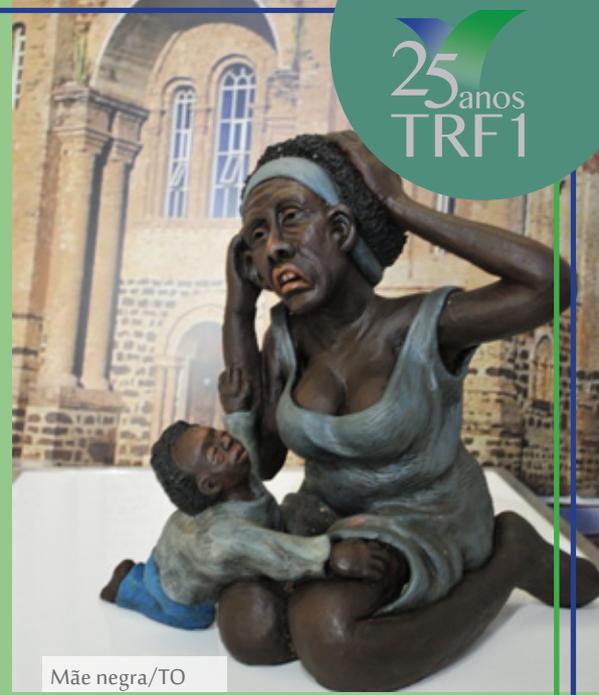


Escultura em cerâmica/PI

FOTOS: RIANNE RAMANNE



Viola de Cocho/MT



Mãe negra/TO



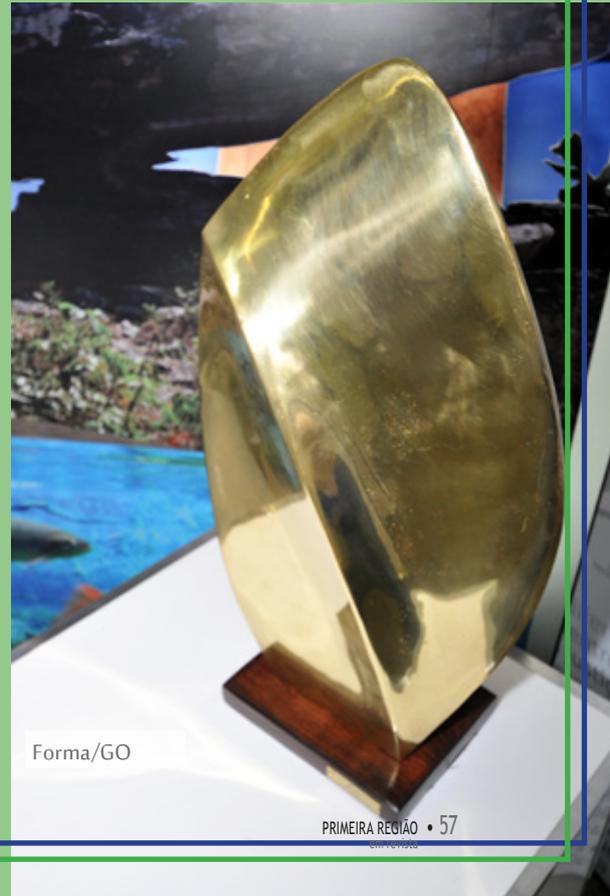
Bandeja em madeira e azulejo/MA



Mucuzinho/RR



Nossa Senhora da Conceição/BA



Forma/GO

GOIÁS

Instituições de ensino superior não podem cobrar por emissão de documentos escolares dos alunos

▾ CARLOS EDUARDO - SECOS/GO

A PUC-GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás; a Faculdade de Tecnologia SENAC, a Faculdade Cambury e o CESUC – Centro Universitário de Catalão – foram condenadas pela Justiça Federal de Goiás, no dia 06 de março, a suspenderem cobrança de taxas por emissão, em primeira via, de quaisquer documentos destinados a informar ou comprovar a situação acadêmica dos alunos.



O juiz federal Hugo Otávio Tavares Vilela declarou nulas, de pleno direito, as cláusulas dos contratos firmados por essas instituições de ensino superior (IES) e seus alunos que prevejam cobrança extra mensalidade dos seguintes documentos: emissão e registro de diploma simples (1.ª via, podendo haver cobrança, mesmo em 1.ª via, por diploma confeccionado de maneira especial); histórico escolar (1.ª via, podendo haver cobrança de versão opcional confeccionada em material especial, ainda que em 1.ª via); certidão de notas (1.ª via); declaração de dias de provas (1.ª via); declaração de horário (1.ª via); declaração de estágio (1.ª via); plano de ensino (1.ª via); declaração de disciplinas cursadas (1.ª via); conteúdo programático (1.ª via); certificado para colação de grau (1.ª via); certificado de conclusão de curso e outros documentos de mesma natureza (1.ª via); certidão negativa de débitos na biblioteca (1.ª via), independentemente da denominação que se empregue.

O magistrado condenou as rés à obrigação de não fazer constar dos contratos que celebram com os alunos quaisquer das cobranças discriminadas acima, sob pena de multa de R\$ 2.000,00 a cada constatação de descumprimento, valor que será repassado ao aluno que figura no contrato em que ocorreu a irregularidade.

No entendimento de Hugo Otávio, constatada a ilicitude das cobranças extras, a repetição dos valores é decorrência lógica, conforme estabelece o art. 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor (CDC): “O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável”.

“Após a publicação da decisão liminar e da posterior decisão liminar integrativa, as IES não podem mais alegar engano justificável. Por isso, eventuais valores recolhidos sob as hipóteses tratadas naquelas duas decisões, cobrados desde a entrada em vigor da decisão integrativa, foram fruto de má-fé, devendo ser repetidos em dobro”, sentenciou o julgador.

Por fim, condenou a União a incluir em suas rotinas de supervisão, no que diz respeito à PUC-GO, Faculdade de Tecnologia SENAC, Faculdade Cambury e CESUC, o exame dos contratos que celebram com os alunos, coibindo a inserção de cobranças abusivas. ■

Processo n.º 00112797120124013500

INTERNET

RONDÔNIA

Usinas devem prover necessidades dos desabrigados que vivem acima de Jirau e Santo Antônio

ANTÔNIO SERPA - SECOS/RO

O Juízo da 5.^a Vara Federal de Rondônia proferiu decisão, no dia 10 de março, determinando que as Usinas Hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00, devem: prover todas as necessidades básicas (moradia, alimentação, transporte, educação, saúde, etc) das populações atingidas apenas a montante (acima) de cada uma das Usinas pela cheia do Rio Madeira às margens dos reservatórios subdimensionados no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima), enquanto durar a situação de emergência e até uma decisão definitiva sobre a compensação/indenização/realojamento; proteger emergencialmente dos impactos o patrimônio histórico identificado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e buscar allear e/ou abrir rotas alternativas às vias interditadas, que serão identificadas pelo órgão de trânsito municipal, Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (DER/RO) e/ou Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) – especialmente a BR-364 – nas proximidades dos reservatórios das Usinas (montante); refazer o Eia/Rima considerando todos os impactos decorrentes da vazão/volume histórico do rio Madeira em relação a todos os aspectos mais relevantes, dentre eles: a ictiofauna (conjunto de espécies de peixes) de todo o rio, o tamanho dos reservatórios a montante (curva de remanso, populações afetadas, estradas alagadas, patrimônio histórico, reservas ambientais afetadas – fauna e flora, cheia dos igarapés, lençóis freáticos e consequências no solo e no subsolo) e os reflexos à jusante (desbarrancamentos e movimentação de sedimentos e novas áreas de remanso).

A Justiça Federal impôs ao Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a obrigação de supervisionar todo o procedimento nos demais órgãos responsáveis (Dnit, Iphan, Funai, ICM-Bio, Ana, ONS, Aneel, dentre outros), considerando as opiniões e informações dos especialistas (engenheiros, agrônomos, geólogos, sociólogos, antropólogos e economistas) indicados pelo Ministério Público e custeados pelos consórcios. A decisão foi proferida pelo juiz federal Herculano Martins Nacif, titular da 5.^a Vara Ambiental e Agrária da Seção Judiciária de Rondônia, que entendeu haver, sim, nexos causal entre a enchente e os seus efeitos para milhares de desabrigados que vivem acima das usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, com o comportamento das empresas que produzem esse tipo de energia no estado. ■

Processo n.º 2427-33.2014.4.01.4100



INTERNET

DISTRITO FEDERAL

25.^a Vara defere antecipação de tutela para que servidora amplie licença à adotante para 180 dias

▼ GILBSON ALENCAR - SECOS/DF

O juiz federal Antônio Felipe de Amorim Cadete, substituto da 25.^a Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, deferiu, no dia 19 de março, a antecipação da tutela pleiteada por servidora pública que solicitou extensão da duração da licença à adotante para que alcançasse o mesmo prazo da licença à gestante, já com o acréscimo de 60 dias previsto na Lei n.º 11.770/2008, resultando, ao final, em 180 dias.

Tanto a licença à adotante quanto a licença à gestante estão previstas na Lei n.º 8.112/1990. De acordo com a decisão da 25.^a Vara, a Resolução CJF 30/2008 apenas estende o direito da adotante por 45 dias. O magistrado consignou no documento judicial: "A autora formulou pedido de prorrogação, mas não obteve resposta até a presente data, que se aproxima do final do prazo inicialmente concedido".

O juiz federal Antônio Felipe Cadete pontuou estar claro no art. 227, § 6º, da Carta Magna "o dever do estado em assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar, não admitindo nenhuma distinção entre filhos, sejam eles biológicos ou adotivos".

Em sua decisão, Cadete registra: "Entendo que o período de adaptação psicológica do filho adotado à nova família é tão (ou mais) importante quanto ao período de restabelecimento fisiológico da mãe após o parto e para a lactação".

Continuou o magistrado, "A Constituição concretiza o direito à igualdade, assegurado no art. 5.º, *caput*, não existindo nenhum critério válido que permita o *discrímen* entre o filho biológico e o adotivo, seja para fins de concessão de licença à gestante ou à adotante, seja para fins de prorrogação da respectiva licença à mãe biológica ou adotante".

Com a decisão, a União deverá anotar "imediatamente" a referida prorrogação, até o lapso de 180 dias, nos assentamentos funcionais da servidora, "sob pena da incidência de multa diária". ■

Processo n.º 0005279-93.2014.4.01.3400

PIAUI

Justiça Federal julga improcedente solicitação de pensionista do INSS

▼ ANA VALÉRIA CARVALHO - SECOS/PI

A Justiça Federal do Piauí, em sentença da 5.^a Vara Federal, julgou, no dia 21 de março, improcedente o pedido de antecipação de tutela que objetivava a conversão da pensão por morte, de previdenciária para estatutária, recebida atualmente pela autora do processo.

Em sua solicitação, a requerente alegou que é pensionista de servidor público, falecido em 13 de outubro de 1990, da extinta Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, sucedida pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, e por isso teria direito a uma pensão por morte de natureza estatutária, do Regime Jurídico Único da União, e não previdenciária, do Regime Geral da Previdência Social.

O texto decisório diz que "[...] a pensão por morte é regida pela legislação vigente à época do óbito, e o art. 243 da Lei 8.111/90, que transformou os empregos públicos em cargos públicos, com a transposição dos servidores celetistas para o regime estatutário, somente entrou em vigor em 12 de dezembro de 1990, quando o instituidor da pensão da autora já havia falecido".

Concluindo, reconheceu que "os beneficiários de servidores celetistas falecidos antes do advento da Lei 8.112/90 não fazem jus à percepção da integralidade de remuneração do instituidor da pensão nem à paridade com os servidores da ativa, uma vez que não há previsão legal de efeito retroativo do art. 243 da mencionada lei". ■

Processo n.º 12295-49.2011.4.01.4000

PARÁ

Justiça Federal determina medidas para melhorar as condições do sistema prisional no Pará

PAULO BEMERGUY - SECOS/PA

A Justiça Federal do Pará determinou que o governo do estado, por intermédio da Superintendência do Sistema Penitenciário (Susipe), adote uma série de providências para melhorar as condições do sistema carcerário, o que inclui a separação imediata dos presos provisórios daqueles que cumprem penas em decorrência de condenação definitiva.

Em decisão liminar, concedida no dia 28 de março, o juiz federal Ruy Dias de Souza Filho, respondendo pela 2.ª Vara, atendeu em parte os pedidos formulados em ação civil pública ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará e estabeleceu o prazo máximo de seis meses para o governo do estado comprovar as reformas realizadas nas unidades prisionais já existentes, principalmente em relação ao saneamento básico das unidades citadas em relatórios de vistoria feita por membros da OAB-PA.

A 2.ª Vara também ordenou que o governo do estado, no máximo em 12 meses, abra três mil novas vagas no Sistema Prisional com a construção de novas unidades, obrigando-se, além disso, “a promover imediatamente a assistência à saúde dos presos, sobretudo os que necessitam de consultas médicas e acompanhamento diferenciado e/ou especializado, assim como de medicamentos, em decorrência de doenças crônicas, infectocontagiosas e intervenção cirúrgica, dentre outras. Ainda cabe recurso da decisão ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, em Brasília (DF).

As condições carcerárias no Pará foram levantadas pela OAB por intermédio do Grupo de Trabalho para Monitoramento do Sistema Carcerário, constituído para traçar um diagnóstico do sistema penitenciário no estado; para isso, o Grupo colheu informações relacionadas à população carcerária na própria Susipe, no período de 21 a 29 de janeiro deste ano, e realizou diligências nas centrais de triagem, nos centros de recuperação, em penitenciárias, no Hospital de Custódia e Tratamento e na Colônia Agrícola da Região Metropolitana da Belém, assim como no Complexo Penitenciário de Americano, situado no município de Santa Izabel do Pará. ■

Processo n.º 3199-14.2014.4.01.3900



INTERNET

POR aí



Coral

Big Island Havaí

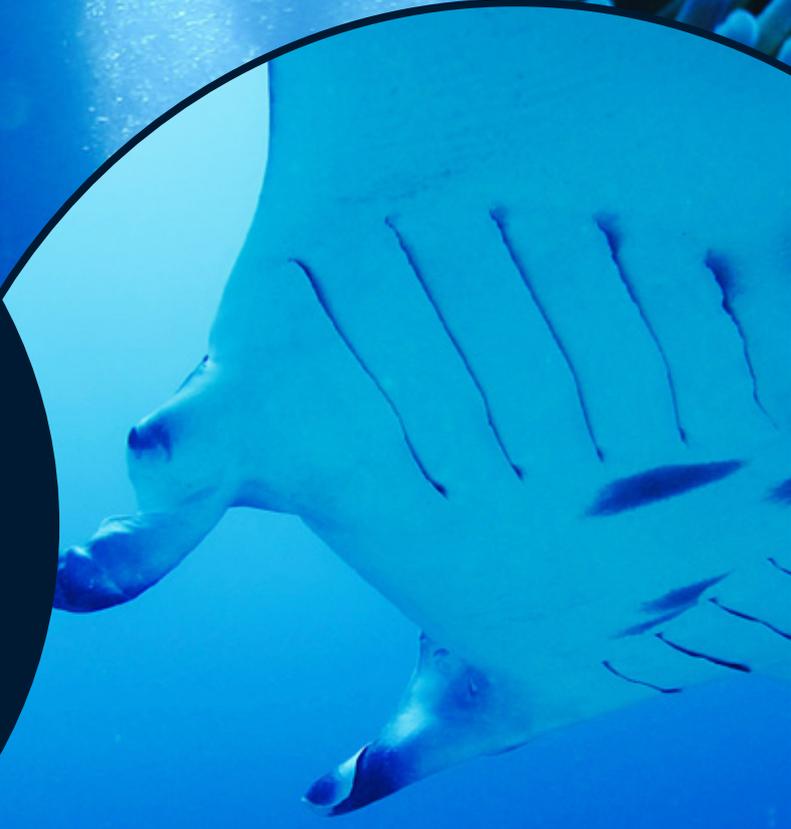


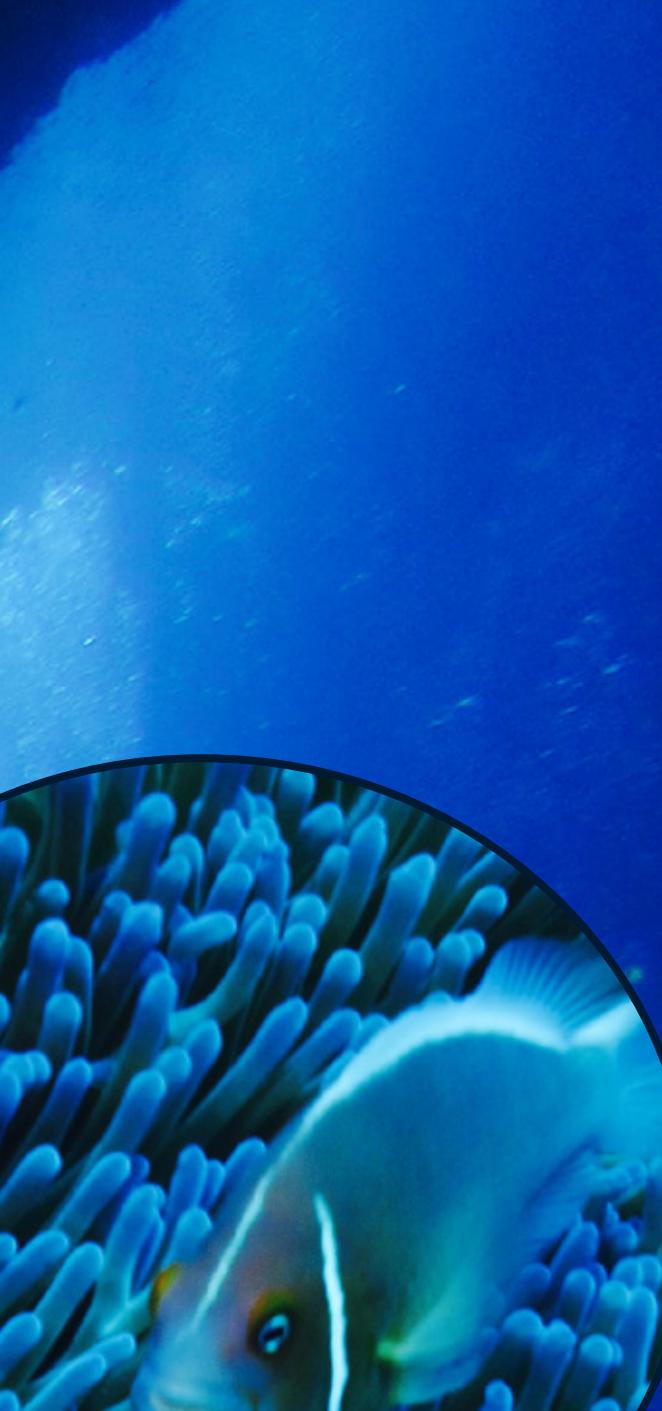
▼ EUVALDO PINHO*/MC

Saída do Canyon



Aloha!!! O destino de nossa viagem nesta edição são as indescritíveis e fascinantes paisagens da "Big Island", no Havaí. Ilha esculpida de belezas extremas, a atração pela natureza é mais que irresistível. No mar, águas cristalinas em tons de verde azulado dão abrigo à vida marinha. Nas montanhas, a neve agora cobre o cume de um dos vulcões extintos mais antigos do mundo, o Mauna Kea. Na terra, florestas verdejantes com árvores de grande porte tornam o cenário ainda mais deslumbrante, e que compartilho com você!





Peixe palhaço

Em busca de aventura, seguimos viagem em direção ao Pacífico. Nosso destino era a cidade de Kailua-Kona, no Havaí. Fascinados pelo mergulho noturno, nosso grupo de mergulhadores – Captain Dive planejou meticulosamente e com toda segurança possível o encontro com as arraias-manta gigantes.

Não estávamos sozinhos no momento do mergulho. Mais de 200 mergulhadores do mundo todo aguardavam ansiosamente o desfile daqueles animais, que podem chegar até 8 metros de envergadura, que para ali convergem a fim de se alimentarem.

Chegada a hora, mergulhamos a dez metros de profundidade. Ajoelhados no fundo e com lanternas subaquáticas apontadas para o alto, recebemos o apoio das embarcações ao redor que iluminavam com os holofotes dos barcos o fundo do mar. Mas as luzes eram para elas. O cenário era para elas. As arraias dançavam literalmente o balé mais encantador que já presenciei ao longo dos mais de mil mergulhos que realizei ao lado dos meus amigos mergulhadores e, pela primeira vez, ao lado da minha esposa em seu mergulho noturno inaugural.

Em Kona – Tudo fascina em Kona. O local é ideal para desafios e aventuras. Todos os anos a cidade é palco do famoso Iron Man–Campeonato Mundial de Triathlon. O Parque Nacional dos Vulcões também é outro *point* que deve ser visitado. A história registra que nele ocorreu a mais longa erupção vulcânica já acontecida. O vulcão Kilauea é a principal atração e o mais jovem entre os cinco vulcões que juntos formam a Ilha do Havaí. De carro subimos ao cume do Mauna Kea (4.205m) a fim de conhecer um dos mais famosos observatórios de pesquisa astronômica do mundo, com 13 telescópios, o "M. K Observatories". Para fazer o registro do alto da natureza desafiadora da Big Island utilizamos um helicóptero. Sobrevoamos encostas, cânions e inúmeras cachoeiras que deságuam no mar. O cenário era perfeito e para torná-lo ainda melhor o magma incandescente que ainda escorre do vulcão Kilauea aquece a vida. Mahalo! ■

*Euvaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA e colaborador da revista
Fotos e legendas do autor





Dança ULa



MK Observatory



Exuberância



Contorno da Ilha



Mauna Kea



Visão noturna da cratera



Acima das nuvens



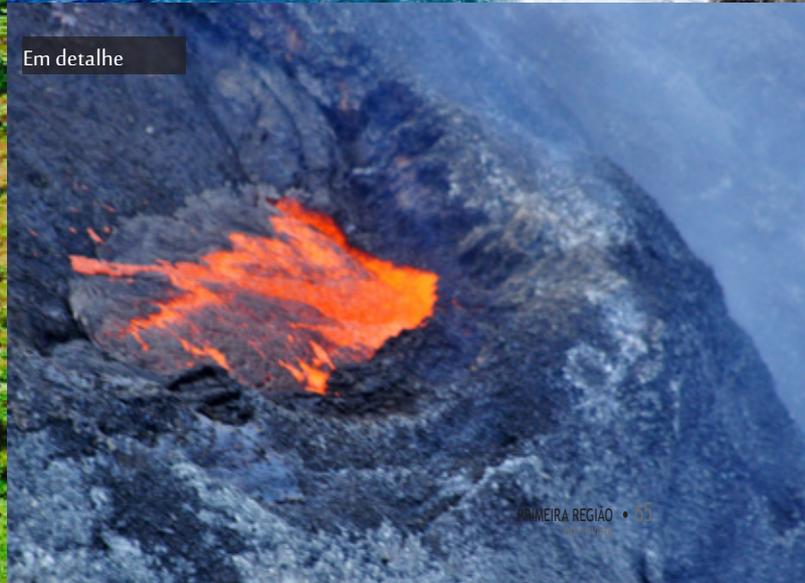
Hipnose



Paraíso



Em detalhe



MEMÓRIA: Lembre-se de cuidar

COMO UM MÚSCULO DO CORPO, A MEMÓRIA DEVE SER SEMPRE EXERCITADA, MAS TAMBÉM PRECISA DE DESCANSO

ADRIANO LIMA/MC

A sabedoria popular classifica as memórias adquiridas ao logo do tempo como a verdadeira riqueza, algo que não se enferruja e que não pode ser roubado por ladrão algum. Isso torna Ivete Cardoso Freire uma mulher rica. O patrimônio de histórias, acumulado em seus 89 anos, é incalculável.

Entre suas posses estão as lembranças do casamento ocorrido há 60 anos, o nome de todos os 17 netos e a capacidade de lembrar o exato lugar onde, poucas horas antes, guardou as chaves da porta.

Ao longo da história, sempre houve uma busca por soluções que ampliassem a memória e que detivessem o seu declínio natural. No século XVII, por exemplo, aconselhava-se o uso de gorros de pele de castor ou o processo de untar a coluna com óleo de rícino. Entretanto, diante da comprovada ineficácia desses métodos e do crescente desenvolvimento científico, principalmente no campo neurológico, o funcionamento do cérebro começou a ser desvendado, e criar estratégias eficazes para aprimorar a memória tornou-se uma tarefa factível.

Perceber que o enfraquecimento da memorização humana não está unicamente ligado ao envelhecimento foi uma das primeiras e fundamentais descobertas da ciência. É o que explica o neurologista Leonardo Tibiriçá, médico formado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): “o declínio da memória não está associado somente ao avanço da idade, mas, sim, e principalmente, à redução da atividade mental”. Segundo o especialista, isso explica o fato de alguns idosos apresentarem um excelente desem-

penho cognitivo e intelectual. “Apesar do envelhecimento natural, eles continuam aprimorando seus conhecimentos e adquirindo novas informações. Talvez o segredo de uma boa memória seja manter o cérebro bem ativo. Se parar por muito tempo, enferruja”, analisa o doutor Leonardo.

Dona Ivete Cardoso é um exemplo a ser seguido. Residente em Brasília, aposentada e com quase um século de vida, mora no mesmo condomínio dos filhos, mas tem uma casa só para ela. Mantém o hábito de escrever em seu diário e nunca deixa de ler algum texto, “nem que seja o evangelho do dia”, afirma. Além disso, sempre que pode, gosta de viajar. Só neste ano, D. Ivete já visitou o Maranhão, sua terra natal, duas vezes. “Os passeios me fazem sentir independente, viva”, diz. Os filhos dizem perder para ela no quesito disposição. “Ela é muito esperta, sempre está fazendo algo e dificilmente reclama de alguma coisa”, conta Fátima Cardoso, sua filha de 52 anos.

Entretanto, não se pode confundir manutenção das atividades cognitivas com a sobrecarga cerebral. O Dr. Leonardo alerta que o estresse, a privação do sono e as maratonas de estudos são extremamente prejudiciais à memória. “O descanso em geral, principalmente o sono, é uma necessidade fisiológica. A conservação de energia, a consolidação da memória e a secreção hormonal são apenas alguns dos processos que envolvem uma noite de sono”. O médico conta que a carência de descanso é facilmente notada pela indisposição, por esquecimentos recorrentes e pelo mau humor.

INTERNET



APLICATIVO POSSIBILITA USUÁRIO LER UM LIVRO DE 300 PÁGINAS EM 90 MINUTOS

A tecnologia foi desenvolvida por uma *startup* (empresa recém-criada e rentável) de Boston, nos Estados Unidos. O sistema possibilita leitura mais rápida. O leitor pode escolher a velocidade da incidência, como 250, 300 ou até mesmo 600 palavras por minuto. Segundo o Springwise, site especializado em inovação, a Spritz passou três anos pesquisando e testando o sistema. As palavras aparecem no mesmo local, em um mesmo frame, reduzindo a necessidade do movimento dos olhos para captar linhas inteiras, o que ocorre em uma leitura tradicional. De acordo com os desenvolvedores, isso propicia uma leitura mais eficiente.

Estadão

16/março/2014



RELATÓRIO DESTACA DIMINUIÇÃO NO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA ENTRE 2008 E 2012

Documento do Painel do Clima da ONU não inclui dados de 2013. Gráfico baseado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) divulgado no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) no domingo, (30/03), mostra que a área em quilômetros quadrados desmatada na Amazônia diminuiu entre 2008 e 2012, atingindo o menor valor em 2012, quando 4.656 quilômetros quadrados foram desmatados. Entretanto, o gráfico não inclui os dados de 2013, quando 5.843 quilômetros quadrados de mata derrubada voltaram a crescer.

O Estado de S. Paulo

31/março/2014

MULHERES DESCONHECEM MAIORIA DOS SINTOMAS DE DERRAME

Pesquisa americana feita por telefone com 1.205 mulheres revelou que muitas entrevistadas ignoram sinais de alerta. Menos da metade (44%) sabia que dificuldade na fala ou distorção no discurso são sintomas de acidente vascular cerebral. As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte no mundo e no Brasil. Entre as enfermidades do sistema cardiovascular, a mais fatal aos brasileiros de ambos os sexos é o AVC: segundo os dados mais recentes do Ministério da Saúde, cerca de 100.000 pessoas morreram devido à doença em 2011, sendo que praticamente metade delas (49,5%) eram mulheres. O derrame foi causa de quase 10% de todas as mortes femininas naquele ano e provocou mais do que o triplo de óbitos entre mulheres do que o câncer de mama (49 863 ante 13 225).

Veja

20/março/2014

ANVISA REFORÇA PROIBIÇÃO DE EMAGRECEDORES

A Diretoria Colegiada da Anvisa (Dicol) reforçou a proibição do uso de emagrecedores e do controle da sibutramina - medida tomada por uma resolução do órgão definida em 2011. O reforço se deu por meio de manifesto assinado pela Comissão Científica em Vigilância Sanitária do órgão, que apoia decisão da agência de tomar mais medidas. O Plenário da comissão, em reunião realizada no dia 4 de fevereiro, decidiu, após ouvir especialistas e considerar documentos e dados sobre as substâncias, que não há dados científicos comprobatórios, provenientes de estudos com desfechos clinicamente relevantes, que garantam a segurança e a eficácia necessárias à proteção da saúde dos usuários e justifiquem a mudança do entendimento técnico da Anvisa neste momento.

O Globo

19/março/2014





O olhar de um servidor pioneiro

Caro Leitor,

Ao falar sobre os TRFs, creio ser de suma importância situá-los no contexto histórico da época em que foram criados, 1988. Havia, à época, uma polarização entre dois blocos: o Capitalista, liderado pelos Estados Unidos e o Comunismo Ateísta, liderado pela ex-União Soviética. Precisamente no dia 9 de novembro de 1989, ano da implantação do TRF-1ª Região, o mundo assistia extasiado à queda do “Muro de Berlim” – o Comunismo desmoronou como um castelo de areia, impulsionado pelo anseio de liberdade dos povos do leste europeu, cuja opressão durou setenta e dois longos anos.

Esses acontecimentos tiveram uma grande influência em nosso país – o povo queria ser ouvido. A população outrora distante dos magistrados queria conhecê-los de perto; isto porque até a promulgação da Constituição de 1988, também chamada de “Constituição Cidadã”, a magistratura brasileira parecia pertencer a outro planeta. Posso testemunhar como dirigente sindical, naquela ocasião, que o SINDJUS-DF foi um instrumento valiosíssimo para encurtar o abismo entre o Judiciário e o povo. Dentro desse rico contexto, foi implantado o TRF-1ª Região. Por isso, sinto-me duplamente privilegiado; de um lado, por ser um dos pioneiros do Tribunal e, de outro, por participar da criação do SINDJUS-DF, outrora muito forte.

O pioneirismo tem o seu preço. Lembro-me que ao entrar em exercício no TRF-1ª Região, o que faltava em estrutura, perfeitamente compreensível para a época, sobrava em entusiasmo. A internet era uma ferramenta ainda muito restrita no Brasil. Também não posso me esquecer de mencionar muitos valorosos colegas oriundos do antigo Tribunal Federal de Recursos e da Justiça Federal do DF que bastante nos ajudaram com as suas experiências.

Tudo, enfim, era novidade; e posso testemunhar que o objetivo inicial era implantar um tribunal sem vícios, mesmo sabendo que isso é uma utopia. No entanto, a motivação do coração tanto dos servidores, como dos magistrados, era exatamente essa, muito embora, no decorrer da caminhada houvesse alguns desvios.

Naquele período, a Justiça Federal estava com uma sobrecarga de trabalho muito grande, afetando os juízes

federais de primeiro grau e os ministros do então Tribunal Federal de Recursos, com os respectivos quadros funcionais. Nessa esteira, os tribunais regionais federais surgiram com a finalidade descentralizadora, gerando equilíbrio e dando maior celeridade à prestação jurisdicional. Sem dúvida, o objetivo foi alcançado, embora já saibamos da necessidade de uma adequação, face ao aumento da população e, conseqüentemente, das demandas.

A restrição que faço refere-se à Constituição de 1988, quando atribuiu ao TRF-1ª Região jurisdição sobre treze estados e o Distrito Federal. A extensão territorial é muito grande, agregando estados das regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste, além do Distrito Federal. Ora, a meu ver, isso gera um desgaste enorme para a administração do TRF-1ª Região, e, nesse sentido, a partilha da jurisdição melhoraria a qualidade e a celeridade dos serviços prestados.

Convém ressaltar que o TRF-1ª Região, movido por esse clima de inspiração florescente, criou por meio da Resolução n.º 002, de 08 de agosto de 1989, um programa exitoso denominado Pro-Social, copiado por outros tribunais, com a finalidade de atender às necessidades médico-odontológicas dos magistrados, servidores e respectivos dependentes. É um programa acessível a seus associados, e, por esse motivo, é necessário também que esses beneficiários tenham livre acesso à prestação de contas do Pro-Social, e não somente isso, mas que possam colaborar com críticas construtivas e sugestões para elevar o nível do Programa.

A democracia existe para isso. Ainda que constatem um retrocesso em algumas áreas, tais como ameaça às liberdades individuais, à imprensa livre, ao direito constitucional à propriedade e às constantes intervenções do Executivo em áreas alheias à sua competência.

Finalizando, gostaria de expressar a minha confiança nos TRFs diante do atual momento. Certamente o TRF – 1ª Região bem como os demais tribunais e juízes federais de primeiro grau estão sendo chamados a decidir sobre questões delicadas. Desta forma, o povo brasileiro certamente enxerga no Judiciário o seu derradeiro refúgio.

*Primeiro servidor empossado pelo Ato n.º 001 de 31 de março de 1989 no cargo de oficial de justiça avaliador

RONDÔNIA PEDE SOCORRO

A cheia do Rio Madeira deixou muitos desabrigados nos municípios de Porto Velho, Rolim de Moura, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Santa Luzia e Ji-Paraná.

Doe água, alimentos, colchões e participe dessa rede de caridade em favor dos necessitados

Postos de coleta em Rondônia:

Justiça Federal

Ministério Público Federal

Polícia Federal

Paróquias da Igreja Católica

CAIXA

Agência: 1824

Operação: 003

Conta: 2799-2

Diocese de Ji-Paraná

Apoio:



MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria da República em Rondônia





JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br